

----- **ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LISBOA** -----

----- **Mandato 2013-2017** -----

----- **SESSÃO EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM DEZASSEIS DE
FEVEREIRO DE DOIS MIL E DEZASSEIS**-----

----- **ATA NÚMERO NOVENTA E CINCO** -----

----- Aos dezasseis dias do mês de fevereiro de dois mil e dezasseis, em cumprimento da respetiva convocatória e ao abrigo do disposto nos artigos vigésimo oitavo e trigésimo do Anexo I da Lei número setenta e cinco de dois mil e treze, de doze de setembro, e nos artigos vigésimo quinto e trigésimo sétimo seu Regimento, reuniu a Assembleia Municipal de Lisboa, no auditório dos Serviços Sociais da CML, na Avenida Afonso Costa, nº 41, em Lisboa, em Sessão Extraordinária, sob a presidência da sua Presidente efetiva, Excelentíssima Senhora Maria Helena do Rego da Costa Salema Roseta, coadjuvada pelo Excelentíssimo Senhor Rui Paulo da Silva Soeiro Figueiredo e pela Excelentíssima Senhora Margarida Maria Moura Alves da Silva Almeida Saavedra, respetivamente Primeiro Secretário e Segunda Secretária. -----

----- Assinaram a “Lista de Presenças”, para além dos mencionados na Mesa da Assembleia, os seguintes Deputados Municipais.-----

----- Álvaro da Silva Amorim de Sousa Carneiro, Ana Maria Gaspar Marques, Ana Maria Lopes Figueiredo Páscoa Baptista, Ana Sofia Soares Ribeiro de Oliveira Dias Figueiredo, André Nunes de Almeida Couto, António Modesto Fernandes Navarro, Artur Miguel Claro da Fonseca Mora Coelho, Augusto Miguel Gama Antunes Albuquerque, Belarmino Ferreira Fernandes da Silva, Carla Cristina Ferreira Madeira, Carlos José Pereira da Silva Santos, Cláudia Alexandra de Sousa e Catarino Madeira, Cristina Maria Fonseca Santos Bacelar Begonha, Daniel da Conceição Gonçalves da Silva, Davide Miguel Santos Amado, Fábio Martins de Sousa, Fernando Manuel Moreno D’Eça Braamcamp, Fernando Manuel Pacheco Ribeiro Rosa, Floresbela Mendes Pinto, Hugo Filipe Xambre Bento Pereira, Inês de Drummond Ludovice Mendes Gomes, João Alexandre Henriques Robalo Pinheiro, João Luís Valente Pires, João Manuel Costa de Magalhães Pereira, Joaquim Maria Fernandes Marques, José Alberto Ferreira Franco, José António Cardoso Alves, José António Nunes do Deserto Videira, José Luís Sobreda Antunes, José Manuel Marques Casimiro, José Manuel Rodrigues Moreno, José Maximiano Albuquerque Almeida Leitão, José Roque Alexandre, Luís Pedro Alves Caetano Newton Parreira, Mafalda Ascensão Cambeta, Manuel Malheiro Portugal de Nascimento Lage, Margarida Carmen Nazaré Martins, Maria Cândida Rio de Freitas Cavaleiro Madeira, Maria da Graça Resende Pinto Ferreira, Maria Irene dos Santos Lopes, Maria Luísa de Aguiar Aldim, Maria Simonetta Bianchi Aires de Carvalho Luz Afonso, Maria Sofia Mourão de Carvalho Cordeiro, Miguel Alexandre Cardoso Oliveira Teixeira, Miguel Farinha dos Santos da Silva Graça, Miguel Nuno Ferreira da Costa Santos, Natalina Nunes Esteves Pires Tavares de Moura, Nuno Ferreira Pintão, Patrocínia Conceição Alves Rodrigues Vale César, Pedro Filipe Mota Delgado Simões Alves, Pedro Miguel de Sousa Barrocas Martinho Cegonho, Ricardo Amaral Robles, Ricardo Manuel Azevedo Saldanha, Rita Susana da Silva Guimarães Neves Sá, Rodrigo Nuno Elias Gonçalves da Silva, Rosa

Maria Carvalho da Silva, Rute Sofia Florêncio Lima de Jesus, Sérgio Sousa Lopes Freire de Azevedo, Tiago Miguel de Albuquerque Nunes Teixeira, Vasco André Lopes Alves Veiga Morgado, Vasco Miguel Ferreira dos Santos, Victor Manuel Dias Pereira Gonçalves, Rosa Lourenço, Ana Paula da Silva Viseu, Romão da Conceição Bатуca Lavadinho, Lúcia Alexandra Pereira de Sousa Gomes, Sandra Cristina Andrade Carvalho, Tiago Maria Sousa Alvim Ivo Cruz, Patricia de Oliveira Caetano Barata e João Pulido Pereira Freire de Andrade.-----

----- Faltaram à reunião os seguintes Deputados Municipais:-----

----- Diogo Feijó Leão Campos Rodrigues e Sandra da Graça Lourenço Paulo.-----

----- Fizeram-se substituir, ao abrigo do disposto no artigo 78.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com a redação dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, o qual se mantém em vigor por força do disposto, *a contrario sensu*, na alínea d), do n.º 1, do artigo 3.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e do artigo 8.º do Regimento da Assembleia Municipal de Lisboa, os seguintes Deputados Municipais:-----

----- André Moz Caldas (PS), Presidente da Junta de Freguesia de Alvalade, por um dia, tendo sido substituído pelo substituto legal Deputada Municipal Rosa Lourenço.--

----- Hugo Alberto Cordeiro Lobo (PS), por um dia, tendo sido substituído pela Deputada Municipal Ana Paula da Silva Viseu.-----

----- Carlos de Alpoim Vieira Barbosa (PSD), por um dia, tendo sido substituído pela Deputada Municipal Patricia de Oliveira Caetano Barata.-----

----- Miguel Tiago Crispim Rosado (PCP), por um dia, tendo sido substituído pela Deputada Municipal Lúcia Alexandra Pereira de Sousa Gomes.-----

----- Deolinda Carvalho Machado (PCP), por um dia, tendo sido substituída pelo Deputado Municipal Romão da Conceição Bатуca Lavadinho.-----

----- Mariana Rodrigues Mortágua (BE), por um dia, tendo sido substituída pela Deputada Municipal Cristina Andrade.-----

----- Isabel Cristina Rua Pires (BE), por um dia, tendo sido substituída pelo Deputado Municipal Tiago Ivo Cruz.-----

----- João Diogo Santos Moura (CDS-PP), por um dia, tendo sido substituído pelo Deputado Municipal João Freire de Andrade.-----

----- Através da Ata da Mesa da Assembleia Municipal de Lisboa número 32/2016, de 16 de fevereiro de 2016, foram justificadas as faltas dos seguintes Deputados Municipais: Sandra da Graça Lourenço Paulo (PS), Ricardo Manuel Azevedo Saldanha (PS), José António Cardoso Alves (PS) Presidente da Junta de Freguesia de São Domingos de Benfica, Álvaro da Silva Amorim de Sousa Carneiro (PSD), António Modesto Fernandes Navarro (PCP) e Fábio Martins de Sousa (PCP) na 92ª Reunião da AML (59ª Sessão Extraordinária) realizada em 1 de fevereiro de 2016.-----

----- Justificar as faltas dos seguintes Deputados Municipais: Artur Miguel Claro da Fonseca Mora Coelho (PS) Presidente da Junta de Freguesia de Santa Maria Maior, Sandra Graça Lourenço Paulo (PS), Carlos de Alpoim Vieira Barbosa (PSD), Sérgio Sousa Lopes Freire de Azevedo (PSD) e Fábio Martins de Sousa (PCP) na 93ª Reunião da AML (60ª Sessão Extraordinária) realizada em 2 de fevereiro de 2016.-----

----- Justificar as faltas dos seguintes Deputados Municipais: Hugo Alberto Cordeiro Lobo (PS), Pedro Filipe Mota Delgado Simões Alves (PS), Fernando Manuel Pacheco Ribeiro Rosa (PSD) e Deolinda Carvalho Machado (PCP) na 94ª Reunião da AML (61ª Sessão Extraordinária) realizada em 10 de fevereiro de 2016.-----

----- A Câmara esteve representada pelo Exmº. Senhor Vice-Presidente Duarte Cordeiro e pelos Senhores Vereadores: Manuel Salgado, José Sá Fernandes, João Paulo Saraiva, Catarina Albergaria e Paula Marques.-----

----- Estiveram ainda presentes os Senhores Vereadores da oposição: António Prôa, João Pedro Gonçalves Pereira, Carlos Moura e Alexandra Duarte.-----

----- Às quinze horas e dez minutos, constatada a existência de quórum, a **Senhora Presidente** declarou aberta a reunião.-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal de Lisboa** no uso da palavra referiu o seguinte:-----

----- “Queria pedir ao Senhor Primeiro-secretário que viesse aqui, acompanhar-me. Penso que já cá está.-----

----- Senhoras e Senhores Deputados, pedia que ocupassem os vossos lugares.-----

----- Os Senhores Deputados estão conscientes que, hoje, é aquele dia que a partir de um quarto para as oito, têm um evento que interessa a uma parte substancial desta Assembleia, portanto, nós vamos cumprir calendário para não prejudicarmos outras aspirações.-----

----- Vamos começar a reunião. Estou à espera que os serviços me tragam a inscrição do público, penso que estão duas pessoas inscritas, estavam a acabar de se inscreverem.-----

----- Entretanto, podemos dar aqui, andamento a algumas coisas.-----

----- A primeira questão que temos para ver, e pode ainda, ser vista antes de o público falar, aliás, é até assim que deve ser, temos um aditamento para apreciar o pedido de suspensão do mandato da Senhora Deputada Maria Margarida Matos Mota, que pede uma suspensão de mandato por cento e oitenta dias, e é substituída pelo Senhor Deputado Nuno Ferreira Pintão do Partido Socialista.-----

----- Pergunto se alguma força política tem alguma objeção ao pedido de suspensão de mandato? Não havendo, não é prática, nossa, votar estes pedidos de suspensão uma vez que são um direito que as pessoas têm, portanto, não havendo objeções o pedido está devidamente, apreciado, e o Senhor Deputado Nuno Ferreira Pintão já foi convocado, e pode assumir o seu lugar.-----

----- Vamos, então, dar início às intervenções do público.-----

----- Vamos ouvir as situações.”-----

----- **PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO**-----

----- **A Senhora Emília Isabel de Almeida Gouveia** moradora no Alto Varejão, 22 1900-433 Lisboa, fez a seguinte intervenção:-----

----- “Eu estou numa casa particular já há quarenta anos, sempre paguei a renda, nunca faltei com os meus deveres, e agora, quase ao final de quarenta e um anos, recebo uma ordem de despejo com um prazo de cinco dias que termina na sexta-feira.-----

----- Tenho várias inscrições na Segurança Social para pedir habitação e o que me dizem é que não tenho agregado familiar que me possibilite o acesso a uma casa. -----
----- Eu tenho uma casa, não é uma casa, é uma barraca, onde existe de tudo; cobras, ratazanas, inclusive ganhei uma doença de ossos que tenho de andar em tratamentos em cima de tratamentos.-----
----- Estou numa aflição desgraçada porque só tenho até sexta-feira para resolver este problema, e não tenho para onde ir.-----
----- Tenho muitos pedidos à Câmara feitos, tenho-me inscrito em tudo aquilo que me mandam inscrever, e dão-me sempre a mesma resposta.-----
----- Peço-vos a vossa ajuda, é o mais que posso pedir.”-----
----- **A Senhora Presidente da Assembleia** no uso da palavra, referiu o seguinte:-----
----- “Muito obrigada Senhora Emília.-----
----- Naturalmente, eu vou ver com a Câmara o que se passa com o seu processo, mas precisaria de ver a ordem de despejo para ver o motivo evocado e tudo mais.-----
----- A Senhora Emília tem esses documentos consigo?”-----
----- **A Senhora Emília Isabel de Almeida Gouveia** respondeu:-----
----- “Já tirei as fotocópias e estão todas aí.”-----
----- **A Senhora Presidente da Assembleia** continuou:-----
----- “Então isso é que é importante para se poder analisar convenientemente.-----
----- A outra coisa que eu queria-lhe sugerir é que a Senhora Emília fosse ao atendimento social da Freguesia da Penha de França, à qual pertence, rapidamente, para ver se a freguesia tem a possibilidade de lhe dar um apoio de emergência porque a freguesia, por vezes, pode fazê-lo. A Câmara não pode dar o apoio de emergência, mas a freguesia pode.-----
----- Portanto, eu sugeria que a Senhora Emília, ainda esta semana, fosse à Junta de Freguesia.-----
----- Senhora Emília, eu aqui não posso estar a apreciar um caso que é um caso particular. O que eu sugeria é que fosse muito rapidamente à Junta de Freguesia da Penha de França e pedisse para ser atendida pela assistência social da freguesia para ver se a ajudam, que reposta lhe podem dar, e se lhe podem dar alguma ajuda de emergência.-----
----- Está aqui o Senhor 1º Secretário a dizer-me que amanhã tem atendimento na Junta de Freguesia. Portanto, dirija-se lá ao atendimento que eu própria, darei uma indicação. Não sei se a Presidente da Junta está aí, mas vou fazer chegar à Senhora presidente da Junta indicação que a Senhora Emília esteve aqui, e a ver se a atendem lá para ver o que podem fazer no seu caso.”-----
----- **A Senhora Emília Isabel de Almeida Gouveia** respondeu:-----
----- “É porque o executor deu-me até amanhã à tarde.”-----
----- **A Senhora Presidente da Assembleia** continuou:-----
----- “A Senhora Emília antes de responder a ele, convém ir à Junta de Freguesia para ter algum apoio, é a primeira coisa que deve fazer porque senão, não tem apoio nenhum e fica aflitíssima como está.-----

----- Faça isso, por favor. Nós da nossa parte iremos alertar a Senhora Presidente da Junta para este caso, e para que alguém a receba amanhã. -----
----- Muito obrigada.” -----
----- **A Senhora Ana Cristina Nápoles Guerreiro** moradora Alto do Varejão n. 20, r/c, 1900-433 Lisboa, fez a seguinte intervenção:-----
----- “Boa tarde. -----
----- A situação, realmente, é a mesma. A minha vizinha mora no número vinte e dois, e eu moro no número 20. São casas pegadas umas às outras, e são consideradas barracas. São casas que não têm qualquer tipo de condições de habitabilidade, estão a cair aos poucos. No inverno, as casas ficam alagadas de água, são húmidas.-----
----- Tenho cinco crianças a dormirem em mau estado, quando chove dormem as quatro sentadas no sofá, mais eu. -----
----- Eu já ando a pedir casa desde 2006, tenho sempre pontuações altas, e não há meio de me atribuírem uma habitação. -----
----- Quando me fui inscrever deram-me a indicação que seria um T3. Neste momento estou num T1. -----
----- Já alguns anos que peço, dizem-me que tenho uma boa pontuação, mas quando chega a altura, nada.”-----
----- **A Senhora Presidente da Assembleia** no uso da palavra, referiu o seguinte:-----
----- “Senhora Ana, ouviu o que eu disse à Senhora Emília, portanto, em situação de emergência a Assembleia Municipal não tem meios para intervir, quem tem é a Câmara. Mas em situação de emergência o que está previsto, nós pedimos que as Juntas de Freguesia apoiem diretamente a família quando é preciso e, nomeadamente, em situação de despejo, que é o vosso caso. É no Alto do Varejão, também. E a Junta de Freguesia é a Penha de França, e eu vou falar à Senhora Presidente da Junta no sentido, amanhã, no atendimento da Junta, alguém vos receber, quer a si, quer à sua vizinha a Senhora Emília, e à Senhora Ana Maria Guerreiro que é sua familiar, vão as três lá, que nós vamos pedir que a Junta de Freguesia vos atenda para analisar a vossa situação, como é que podem responder à intimação que têm e que diligências podem fazer para, nesta situação de emergência, terem algum apoio.-----
----- Depois, iremos junto da Câmara, saber o que se passa com o vosso processo de pedido de habitação. -----
----- Mas para já, é necessário que vão à Junta. -----
----- A Câmara assim de imediato, não tem possibilidade de atuar.
----- **A Senhora Ana Cristina Nápoles Guerreiro** referiu: -----
----- “Quando sairmos daqui vamos diretamente, à Junta.”-----
----- **A Senhora Presidente da Assembleia** continuou: -----
----- “Não sei se é por inscrição, não sei como é que funciona, mas de qualquer maneira o atendimento é amanhã, portanto, é isso que vos sugiro. -----
----- Muito obrigada.” -----
----- **A Senhora Ana Maria Guerreiro** moradora Alto do Varejão n. 20, r/c, 1900-433 Lisboa, fez a seguinte intervenção:-----
----- “Boa tarde. -----

----- A situação é a mesma. A minha filha acabou de falar, agora, tudo. Mas não falou tudo mesmo, porque quando chove na minha cama eu tenho de dormir no chão para dar espaço ao meu marido. Os meus netos dormem todos no chão, e quando chove bastante entra água na cozinha e vem-me sair à sala, e eu sou obrigada a tirar os miúdos do chão e coloca-los no sofá. E isto não é dormir, eles estão acordados até de manhã e quando chegam à escola não fazem nada de jeito porque estão a dormir, estão cheios de sono. -

----- A situação está muito complicada. -----

----- Pedi casa em 2009 e, até hoje, não me deram nada. E eu tenho cinco netos pequeninos, menores, tenho agora um de quatro meses, e isto é uma situação muito complicada e não há meio de resolverem a minha situação.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia** referiu: -----

----- “Estou aqui a analisar o teor da ordem de despejo para ver se percebo. -----

----- Isto é o chamado ciclo vicioso; a Câmara intima o proprietário a fazer obras porque a casa não tem condições, e o proprietário aproveita a intimação para pôr as pessoas fora. Penso que é isto que se passou.-----

----- Tenho que ver isto melhor porque à disposições na lei em casos destes, e o senhorio tem a responsabilidade de dar soluções aos inquilinos. Não pode colocar os inquilinos fora só porque recebeu uma intimação da Câmara. -----

----- Portanto, temos que ver isto com cuidado, eventualmente, poderá estar aqui a haver abuso da parte do proprietário, não sei se há, se não, estou a dizer isto em teoria, pode não ser o caso. -----

----- Portanto, temos que analisar isto com mais cuidado. -----

----- De qualquer maneira, aconselho a irem à Junta de Freguesia, e este processo agora, fica na minha mão, vou analisá-lo com mais cuidado e ver se temos possibilidades de intervir uma vez que o facto que desencadeou a intimação para despejo é uma notificação da Câmara Municipal. Portanto, temos que ver o que podemos fazer. -----

----- Não podemos, agora, dizer mais nada sem estudar isto melhor. -----

----- Muito obrigada. -----

----- Senhores Deputados, esta é uma matéria que vai precisar de muito trabalho ao nível legislativo, e não apenas aqui da autarquia, porque há disposições na lei que, de facto, não defendem suficientemente, se calhar, o direito à habitação, mas isto é uma matéria que nos ultrapassa e, portanto, se a Assembleia Municipal se quiser pronunciar sobre a forma de moção, eu terei muito prazer de levar isto à Assembleia da República porque sentimos este problema todos os dias, na pele. -----

----- Vamos, então, prosseguir com a nossa ordem de trabalhos. -----

----- Hoje está previsto as declarações políticas e eu houve um pedido que foi apreciado em Conferência de Representantes, Senhor Vereador Manuel Salgado, no sentido da Proposta nº 814/CM/2015, que é relativa à desafetação do domínio público para o domínio privado do Município, de duas parcelas de terreno, com a área total de 210,75 m2, situadas na Avenida Fontes Pereira de Melo e Avenida Cinco de Outubro, ser apreciada no início da sessão uma vez que o Senhor Vereador tem de se deslocar, hoje mesmo, para o estrangeiro. Ninguém levantou dificuldades na Conferência de

Representantes, portanto, sendo assim, tem a palavra o Senhor Vereador Manuel Salgado para apresentar a Proposta nº 814/CM/2015.” -----

PERÍODO DA ORDEM DO DIA -----

PONTO 4 – PROPOSTA Nº 814/CM/2015 – DESAFETAÇÃO DO DOMÍNIO PÚBLICO PARA O DOMÍNIO PRIVADO DO MUNICÍPIO DE DUAS PARECELAS DE TERRENO, COM ÁREA TOTAL DE 210,75 M2, SITUADAS NA AVENIDA FONTES PEREIRA DE MELO E AVENIDA CINCO DE OUTUBRO, NOS TERMOS DA PROPOSTA E AO ABRIGO DA ALÍNEA Q) DO NÚMERO 1 DO ARTIGO 25º DO REGIME JURÍDICO DAS AUTARQUIAS LOCAIS, APROVADO PELA LEI 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO; 2XGRELHA-BASE – 68 MINUTOS;-----

----- (A Proposta nº 814/CM/2015 está anexada à presente Ata, como Anexo I, e dela faz parte integrante).-----

----- (O Parecer da 1ª. Comissão Permanente de Finanças, Património e Recursos Humanos está anexado à presente Ata, como Anexo II, e dela faz parte integrante)-----

----- **O Senhor Vereador Manuel Salgado** no uso da palavra, fez a seguinte apresentação da proposta:-----

----- “Obrigado Senhora Presidente. -----

----- Muito boa tarde, Senhores Deputados.-----

----- E muito obrigado por terem permitido esta alteração de agenda. -----

----- Portanto, esta proposta diz respeito à desafetação de duas parcelas de terreno, uma parcela que é uma faixa de largura variável ao longo de toda a fachada para o lado da Fontes Pereira de Melo, que totaliza 42,15 m2, e que resulta da implantação de estacas do muro de contenção, e uma segunda parcela de 168,06 m2, do lado da Avenida Cinco de Outubro, esse resultado da implantação que consta do PIP, PIP esse que foi aprovado em janeiro de 2015, e que já foi apreciado pela questão dos créditos, aqui, na Assembleia Municipal.-----

----- Em relação à primeira questão, que é a da área que se precisa de recuperar junto ao passeio da Avenida Fontes Pereira de Melo, ela resultou, por um lado, de verificação com o novo levantamento topográfico do alinhamento das fachadas sobre a Fontes Pereira de Melo, por outro lado, foi consultado o Metropolitano de Lisboa para se verificar de eventual interferência destas estacas com o Metropolitano, e o Metropolitano deu parecer favorável à implantação destas estacas, e aquilo que propomos é que esta faixa passe para o domínio privado na medida em que passará a ser o proprietário do edifício o responsável pela manutenção do muro de contenção. No entanto, fica estabelecido que ficará fixado uma servidão de uso público à superfície, servidão de passagem de forma a garantir que o plano marginal do edifício respeite, integralmente, o alinhamento já definido.-----

----- A restante parcela, com 168,06 m2, é uma parcela que resulta da implantação que foi definida em conjunto entre a Câmara e a Direção Geral do Património Cultural e que já está previsto desde o momento, em que foi aprovado o Pedido de Informação Prévia, em janeiro de 2015. -----

----- É esta a explicação para esta proposta. -----

----- Muito obrigado, Senhora Presidente.” -----

----- **A Senhora Presidente** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigada, Senhor Vereador. -----

----- Desculpe, mas houve aqui um barulho atrás, esta sala tem umas condições acústicas diferentes do nosso auditório, temos de ter aqui mais silêncio senão perturba bastante. -----

----- O Senhor Deputado Rui Paulo Figueiredo foi o relator desta proposta e eu vou pedir-lhe para fazer uma apresentação do relatório, e dizer de sua justiça.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Rui Paulo Figueiredo**, na qualidade de relator do parecer da 1ª Comissão Permanente, fez a seguinte intervenção:-----

----- “De modo muito sintético porque julgo que o parecer fala por si, e no fundo, até é desdobrado em duas partes, porque no primeiro *draft* do relatório nós na Comissão, procuramos inventariar tudo aquilo que eram dúvidas ... mas para não se repetir aqui, eu faço esse esclarecimento, o meu entendimento era como nós, à partida, tínhamos tido dúvidas colocadas sobre esta Proposta nº 814/CM/2015, e ao tempo, não tínhamos tido dúvidas sobre a Proposta nº 12/CM/2016, eu tinha chamado a atenção que a apreciação, em sede de comissão, devia de ser conjunta, desejavelmente, sem sede de Plenário, também, mas que, de todo o modo, que a outra proposta não devia avançar se por acaso esta, que temos aqui em presença, não fosse aprovada. Foi essa a razão e foi esse um ajuste que nós, também, fizemos em termos do texto do *draft* e, portanto, não vos vou roubar mais tempo, a proposta é complexa mas interessa, mas interessa que os partidos se pronunciem e, que a Câmara, também.” -----

----- **A Senhora Presidente** no uso da palavra, referiu o seguinte: -----

----- “Muito obrigado, Senhor Deputado Relator.-----

----- Esclarecer a Assembleia que a outra proposta que é complementar desta, que é a proposta nº 12/CM/2016, por indicação da Conferência de Representantes baixou já à 3ª Comissão, com pedido de uma apreciação urgente do parecer que a 1ª Comissão já provou, mas para que a 3ª Comissão dê uma olhada à proposta e acrescentar alguma coisa se, assim, o entender à matéria. Um pedido de urgência, naturalmente, porque a proposta até já estava pronta para ser agendada, mas entendeu-se que a 3ª Comissão devia, penso que a 3ª Comissão devia de poder olhar para ela, poder olhar para ela. -----

----- Portanto, o Senhor Presidente da 3ª Comissão já devia de ter recebido o meu *mail* com essa indicação e, portanto, agora prosseguirão os trabalhos desta maneira.-----

----- Posto isto, é naturalmente que a nossa Segunda-Secretária vai dar a palavra a quem se inscreveu.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Ricardo Robles** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigado, Senhora Presidente. -----

----- Hoje, temos a discussão da proposta nº 814/CM/2016, que se relaciona com a Torre da Cidade, a torre na Avenida Fontes Pereira de Melo, como sabem, tem já um histórico longo, não me vou debruçar sobre esse histórico, vocês conhecem-no, tivemos há pouco tempo aqui uma discussão a relacionada com esta torre, mas a partir de Abril de 2014, entrou o pedido de informação prévia na câmara, e o processo

começou-se a desenrolar a partir daí, desenvolveu-se durante o ano 2015, tivemos aqui uma votação, que foi aprovado por maioria, em que o BE votou contra, dos créditos de construção, foram atribuídos trinta e nove créditos que foram de construção, por se considerar que se tratava do edifício bioclimático, portanto, tudo à luz dos regulamentos e do PDM, mas que do ponto de vista do Bloco de Esquerda tem algumas fragilidades do ponto de vista urbanístico, e já apresentámos, anteriormente. ----

----- E, portanto, o que dissemos na altura, e continuamos a dizer, é que este edifício é uma espécie, é uma caixa de surpresas, é uma espécie de “matrioska invertida”, à medida que vamos debruçando sobre ele, procurando informação, ele vai dando novas surpresas, mas é invertida porque ele vai crescendo, todos nos lembramos do número de pisos que foi sendo acrescentado na fase de apreciação do processo e, agora, com esta proposta também descobrimos que ele continua em processo de crescimento. -----

----- Para vos dar um bocadinho o enquadramento do que se passa nesta proposta utilizei alguns elementos que constam nos pareceres das propostas que foram enviadas à Assembleia Municipal e, portanto, temos aqui o edifício, o facto de existir a casa-museu na proximidade implicou um parecer da DGPC – Direção Geral de Património e Cultura, que ponderou que deveria haver um distanciamento de vinte metros por condicionamento e proteção daquele património, que é a Casa-Museu. Assim sendo, o promotor sentindo-se lesado, apresentou uma alternativa, que pode ter sido a DGPC a sugerir, que pode ter sido o próprio promotor, mas quem beneficia, no final, é o promotor, uma alternativa em que, deixando de ter edifício daquele lado por estar condicionado pela Casa-Museu, cresceria para outras zonas. Não havendo mais lote para crescer, decidiu crescer para a via pública, para o domínio público municipal e, portanto, apresentou esta proposta em que faz uma permuta entre as partes a azul e as partes a vermelhado, em que no monitor aqui está a azul, ali são a verde, mas aqui, no slide percebe-se melhor, e portanto, a verde são as parcelas de terreno que a Câmara recebe do promotor e, ali a castanho esverdeado as parcelas que o promotor recebe do domínio público e, portanto, da Câmara, e é essa a discussão que é posta em cima da mesa. -----

----- E, portanto, à partida é já questionável, polémico e, achamos nós, inaceitável, que estando este lote de terreno condicionado de alguma forma, e toda a cidade tem os seus condicionamentos, por umas razões, ou por outras, que o promotor seja compensado através de espaço público, ou seja, não pôde construir porque há uma condicionante, está prevista no PDM, então pediu à Câmara que fosse compensado; “eu quero área nestas zonas”, e a Câmara tinha duas hipóteses, ou respondia; “meus Senhores, cumpram o projeto, e limitem-se ao vosso lote, tal como fazem todas as intervenções na cidade de Lisboa, ou então, sim, senhor, podem ficar com este terreno, vamos aprovar a permuta, e vamos submete-la à Assembleia Municipal de Lisboa.” -----

----- E, portanto, as parcelas que a Câmara Municipal cede são duas, como disse, e muito bem, o Senhor Vereador. Temos uma primeira parte na Avenida 5 de Outubro que são 170 metros quadrados, aquela zona na parte de cima do desenho, e depois uma fina faixa paralela à Fontes Pereira de Melo, e que são os tais 42 m2, não é linear, mas

que têm cerca de 40 cm a mais para além do lote previsto, o lote do qual é proprietário o promotor. -----

----- Existe outro problema relacionado na vertente 5 de Outubro e que tento, de alguma forma, mostrar-vos ali, que se cruza com outra proposta nº 12/CM/2016, que foi adiada, e entendemos nós que, esta discussão, não pode ser feita de forma separada, porque existe um problema legal de legitimidade e que vos passo a explicar. A proposta nº 12/CM/2016, trata do parque de estacionamento em frente à Maternidade Alfredo da Costa. O pedido da proposta nº 12/CM/2016, e este slide foi apresentado pelos serviços da vereação, mostra-nos que há ali uma zona a negro que tem, depois, aquela elipse à volta, a vermelho, que tem o número 2, e que é uma área que, neste momento, tem um direito de superfície, que é do concessionário do parque, de quem gere o parque, portanto, a zona a negro e, portanto, só será proposta a desafetação desse direito de superfície, na proposta nº 12/CM/2016, que ainda não discutimos.-----

----- Portanto, aquela zona negra ali é, de facto, do proprietário do parque de estacionamento. Acontece que, agora, na proposta nº 814/CM/2016, estamos a discutir a zona tracejada a vermelho que se sobrepõe à zona a negro ou seja, estamos neste momento, a decidir se vamos desafetar do domínio público e entregar ao proprietário da Torre de Lisboa, uma parte que não é nossa, que está em direito de superfície do parque de estacionamento, portanto, isto não pode ser feito de forma separada, porque pode criar aqui, um imbróglio, como já perceberam, bastante complicado e, portanto, este é o primeiro problema que se coloca. O segundo é na Avenida Fontes Pereira de Melo e, portanto, aqui é um bocadinho difícil de perceber este desenho, mas basicamente, trata-se de uma planta na parte de cima, que mostra a tal cortina de estacas que serve para segurar as terras, porque vão fazer um parque de estacionamento no seu interior e, portanto, tem ali os três dados que são os mais importantes, e que está na legenda; o limite do lote atual, que está a verde e, portanto, do promotor, ele comprou aquele lote, a sua propriedade vai até à linha verde, os serviços técnicos da Câmara disseram que é preciso alinhar as fachadas da Fontes Pereira de Melo, portanto, do ponto de vista urbanístico é justificável, mas entendemos nós que é muito questionável que tenha de ser no subsolo, porque as fachadas não são no subsolo, as fachadas são acima do solo e, portanto, ao conceder este direito alinhamento permitiu também, que este alinhamento, das fachadas da Fontes Pereira de Melo, avançasse 40 cm, sendo que o próprio proprietário diz que implanta as suas estacas, que são os elementos em betão armado, para lá desse alinhamento das Fontes Pereira de Melo e, portanto, da linha a cor-de-rosa. Isto pois, resulta, neste desenho, também, numa escala pouco perceptível, mas que depois ali em baixo naquela zona, consegue-se perceber-se é um corte, na zona mais escura é a lage do piso zero, presumo eu, deste lado, estará a Fontes Pereira de Melo, o túnel do Metro anda, mais ou menos, aqui, e no limite da lage há a tal parede de contenção que é uma escavação e que tem aquelas estacas, por ali abaixo. -----

----- Portanto, percebemos que este investidor, penalizado pela existência da Casa-Museu, não queira ser penalizado no seu investimento e, portanto, quer expandir-se para outras zonas. Não aceitamos é que a câmara aceite isso, e diga “muito bem, pode

crescer a 5 de Outubro e pode crescer para a Fontes Pereira de Melo faça o favor, terá a sua área mais expandida, desse ponto de vista e, portanto, achamos que esta proposta abre um precedente grave na cidade porque são centenas os produtores que estão condicionados, de alguma forma, pelas condicionantes previstas no PDM e, portanto, se todos, ao perderem área por essas condicionantes, disserem à Câmara Municipal; “faça o favor de nos ceder parte do espaço público, seja debaixo de uma Avenida como a 5 de Outubro, ou na parte de Fontes Pereira de Melo”, percebem a dificuldade que isto cria em termos de gestão da cidade.-----

----- Mas porque esta questão, e com isto termino, esta questão das estacas não é do conhecimento comum e, portanto, os Senhores Deputados e as Senhoras Deputadas não têm que ter conhecimento sobre o que é uma estaca de betão armado, são os elementos gigantes, em betão armado, que estão, segundo este projeto, implantados dentro da Fontes Pereira de Melo, no sentido do metro, mais essa fragilidade, eu arranjei-vos uma fotografia do que são, de facto, estacas prancha e, portanto, são aqueles elementos por onde aponta a linha vermelha, e portanto tem aqui a fotografia que mostra o que são as estacas, são elementos de betão armado que fazem uma parede vertical de onde se retira a terra, de um dos lados, para poder fazer o parque de estacionamento. -----

----- Acontece que, para além desta fotografia, ilustrar bem o que são as estacas prancha, a cortina de estacas, ilustra, também, o caso em particular porque isso, esta fotografia foi tirada ontem, na Fontes Pereira de Melo números 39 a 43, ou seja as estacas que, agora, questionamos se podem avançar para dentro do domínio público, já lá estão. E, portanto, das duas, uma, ou alguém na Câmara Municipal de Lisboa aprovou que fossem feitas estacas, elementos de betão armado, dentro do domínio público, ou o promotor está a incumprir no seu processo de licenciamento e tem que ser fiscalizado, eventualmente, embargado. E, portanto, colocámos esta questão ao executivo, percebemos que na proposta que apresentou classificou este empreendimento como, excepcionalmente, importante para a cidade, mas o que não podemos aceitar, de maneira nenhuma, é que tenha condições excepcionais perante os restantes membros desta cidade, e as pessoas que investem na cidade e que promovem construção na cidade.-----

----- Gostávamos de ter algumas respostas sobre isto, naturalmente, que achamos que esta aposta deve ser retirada, deve ser repensada, deve ser aferido o que é que está a acontecer naquele local, e devem ser retiradas as devidas responsabilidades.”-----

----- **A Senhora Presidente** no uso da palavra, referiu o seguinte: -----

----- “Muito obrigado, Senhor Deputado. -----

----- Senhores Deputados, o Senhor Deputado fez, naturalmente, uma apreciação da proposta nº 814/CM/2015 e da proposta nº 12/CM/2016, que não está agendada, elas estão ligadas as duas e, portanto, as pessoas compreenderam a sua apresentação, mas há aqui uma questão que é suscitada e que eu preciso que isto fique muito claro. A proposta nº 814/CM/2015, que é a que está agendada, é uma proposta de desafetação do domínio público para o domínio privado, não há nenhuma permuta incluída na proposta nº 814/CM/2015, ela é feita com vista a uma futura permuta da proposta

12/CM/2016, que não está agendada, isto tem que ficar claro, neste momento, hoje, aqui, não está em causa numa permuta, está em causa a desafetação do domínio público. -----

----- Agora o Senhor Deputado levantou, aqui, uma questão sobre a qual é preciso um esclarecimento cabal da Câmara Municipal de Lisboa, penso eu, que é a questão de saber se nestas parcelas, a desafetar do domínio público e a passar para o domínio privado municipal, se há um ónus de direito de superfície constituída for de terceiros, porque, se assim for, nós não podemos fazer esta desafetação que há um ónus em cima de um terceiro que não foi tido nem achado. Eu tenho que perceber se isto é assim. Os Senhores Deputados estão a dizer que é, mas a questão foi suscitada, agora, aqui pelo Senhor Deputado Ricardo Robles é pertinente e, portanto, a mesa entende que o senhor Vereador tem que esclarecer este ponto, não temos mais ninguém inscrito, tem que esclarecer este ponto para a gente saber se estamos em condições de votar a proposta, ou não. -----

----- Evidentemente, que há outra questão que é das obras estarem em curso, e o Senhor Vereador, também, terá de esclarecer isso. Mas esta primeira questão é prévia a uma possível aprovação da proposta, porque se há, se há um ónus sobre um domínio público estabelecida se for de terceiros, para já não é completamente do domínio público, está a criar um direito de superfície, e em segundo lugar, isto configura uma situação, que eu acho que pode ser difícil. Portanto, o Senhor Vereador estiver em condições de esclarecer este ponto, vamos ver. O Senhor Vereador está em condições de esclarecer alguma coisa? -----

----- Para além das obras estarem em curso sem estar isto aprovado e, portanto, isto é um reparo que tem de ser feito, o Senhor Vereador tomará as providências que entender, ou que a lei determina, há uma questão aqui, que é uma questão prévia, o Senhor Deputado Municipal Ricardo Robles disse que sobre uma das parcelas que se pretende desafetar do domínio público, sobre uma parte dessa parcela, impende um direito de superfície constituído a favor de uma outra entidade. E eu quero saber se isto é assim, porque não sei se nós podemos estar a desafetar do domínio público, uma parcela que tem um ónus a favor de uma terceira entidade que não consta aqui, portanto, era isso que eu queria esclarecer.” -----

----- **O Senhor Vereador Manuel Salgado** no uso da palavra, respondeu o seguinte: ----

----- “Muito obrigado, Senhora Presidente. -----

----- Não há sobreposição porque aquilo que nós estamos a propor é retirar do domínio público duas parcelas, e o direito de superfície está sobre terrenos que já são direito privado, já são propriedade privada do município, senão não poderia haver direito de superfície. O direito de superfície só pode ser concedido pela Câmara sobre uma parcela de domínio privado municipal. Neste caso, o que nós estamos é a propor retirar do domínio público áreas para passarem ao domínio privado, portanto, não há sobreposição, isto para ficar claro. -----

----- Segundo ponto que queria acrescentar é que as duas propostas foram analisadas, simultaneamente, na Câmara Municipal, deixe-me explicar, na segunda voltou a ser apreciada esta outra proposta, e consta do processo um acordo entre os dois privados

para acerto dos limites do direito de superfície. Portanto, consta do processo, está lá o documento.-----

----- Terceiro ponto, que queria esclarecer é que a as estacas, as famosas estacas, estão parcialmente sobre terreno municipal, e parcialmente sobre terreno privado, e a Câmara só detetou que havia 60% do diâmetro, 60% da estaca que estava no domínio público, quando recebeu o levantamento rigoroso e, a partir dessa altura, deixaram de existir obras, naquela frente de trabalho. Portanto, as obras naquela frente de trabalho, estão paradas.-----

----- Muito obrigado.”-----

----- **A Senhora Presidente** no uso da palavra, referiu o seguinte:-----

----- “Muito obrigado, Senhor Vereador.-----

----- Eu penso que com os esclarecimentos que deu, nós temos aqui um problema não há dúvida nenhuma que as duas propostas estão, profundamente, interligadas e que é muito difícil, estarmos a apreciar uma sem estarmos a apreciar a outra, sendo que a outra nem agendada está., e está ainda, pendente da apreciação da 3ª Comissão.-----

----- Portanto, ouvindo aqui os parceiros de Mesa, o Senhor Primeiro-secretário que é o relator das duas, sempre entendeu que elas deviam ser agendadas em conjunto, não foram. E creio que é mais prudente, a Assembleia remeter as duas para um agendamento no mesmo dia, e eu pedia só à 3ª Comissão que fosse rápida na apreciação daquilo que têm para ver, e se necessário mais algum esquecimento da parte do Senhor Vereador, se possível, peçam até antes da sessão, se necessário, por escrito, ou como entenderem, de maneira a que a Assembleia possa decidir na plena posse de todos os elementos, e não apenas com parte deles.-----

----- De facto, a apresentação do Senhor Deputado Ricardo Robles junta as duas propostas, porque elas estão, de facto, juntas e penso que é mais prudente, fazermos assim, se nenhuma força política objetar, a Mesa propõe o adiamento desta proposta, não é uma retirada, é o adiamento desta proposta. Aguardamos pelo parecer da 3ª Comissão sobre a proposta nº 12/CM/2016, e agendaremos as duas quando a 3ª Comissão tiver o seu parecer.-----

----- Portanto, Senhores Deputados, ninguém objeta a este procedimento, portanto, vamos então reponderar as duas, em conjunto, é mais prudente e ficámos na posse dos elementos para depois podermos, de facto, votá-las quando chegar a devida altura.-----

----- Posto isto, entramos no período das Declarações Políticas.-----

----- Eu agradeço a presença do Senhor Vereador, mas isto vai ter que ser melhor apreciado. E vamos, então, ouvir as Declarações Políticas.”-----

----- **PONTO 2 – DECLARAÇÕES POLÍTICAS AO ABRIGO DO ARTIGO 40º. DO REGIMENTO; GRELHA J, LIMITE MÁXIMO 280 MINUTOS; - INTERVENÇÕES – VOTACÕES;**-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Manuel Lage (PS)** fez a seguinte Declaração Política:-----

----- “Entre 7 e 10 de Novembro próximo, decorre em Lisboa o “Web Summit 2016”. ---

----- Em 5 anos, o “Web Summit” cresceu de 400 participantes para mais de 42000, oriundos de mais de 134 países.-----

----- De forma simplista já foi chamada “a melhor conferência sobre tecnologia do planeta”. Mas os seus organizadores acham que é só uma conferência diferente das outras e que essa diferença funciona para os participantes, onde tanto encontramos empresas que pertencem às “Fortune 500”, até às “startups” mais excitantes. São esperados ainda cerca de mil investidores e 800 oradores das maiores tecnológicas a nível mundial. -----

----- É a primeira vez que o evento sai da casa-mãe, em Dublin na Irlanda, e decorre noutra cidade europeia. Como o Senhor Presidente da Câmara Municipal de Lisboa, Dr. Fernando Medina disse, esta candidatura representou “mais um “passo seguro” na consolidação da cidade de Lisboa como palco preferencial para a realização dos grandes eventos a nível mundial na área do empreendedorismo e do sector das “tecnologias e inovação“. -----

----- Lisboa foi escolhida, para esta sexta edição da “*Web Summit*”, pelo seu forte posicionamento turístico, aliado à excelente qualidade da oferta de infraestruturas e serviços e, também, à relevância internacional cada vez maior do ecossistema de *startups*, uma aposta claramente ganha pela Câmara de Lisboa. -----

----- Senhora Presidente, Senhores Membros da Assembleia. -----

----- A “nova casa da *Web Summit*”, como lhe chamou *Paddy Cosgrave*, é então em 2016 Lisboa, uma “cidade mágica e com tanta história”. -----

----- Tendo recaído a escolha na nossa cidade também por ser uma “cidade com uma comunidade de empreendedores brilhantes”, tendo em muito contribuído para essa escolha o movimento que se verificou através das redes sociais que teve um grande impacto na decisão da organização. -----

----- A “*Web Summit*” não consiste só em trazer para Lisboa um dos eventos mais importantes da economia do Século XXI, uma vez que com ele, colocaremos Lisboa no mapa do mundo da internet, das novas tecnologias e dos seus mais importantes agentes. -----

----- Na última edição do evento em 2014, 22 mil participantes estiveram em Dublin – menos de metade do esperado para Lisboa – gerando um volume de negócios para a capital irlandesa de 100 milhões de euros, segundo contas oficiais. -----

----- O investimento para o evento – financiado pelo Turismo de Lisboa, Turismo de Portugal e pela AICEP – é de cerca de 1,3 milhões de euros (para cobrir a logística do evento e infraestruturas), mas o retorno esperado ronda os 175 milhões. -----

----- Como disse o Sr. Presidente, Fernando Medina, “Lisboa é uma cidade muito completa, onde coexiste uma parte de Portugal que já conhecemos, mas onde existe um Portugal que nem sempre tem o reconhecimento que é devido, que é o Portugal moderno”. O “*Web Summit*” constitui assim uma oportunidade única para o ecossistema empreendedor de Lisboa, permitindo o seu crescimento, a sua qualificação e publicitação. -----

----- É por todos sabido que em Lisboa os empreendedores têm na Câmara Municipal “o parceiro mais empenhado e interessado” no seu sucesso. Aliás, esta realidade já foi verificada pela 2ª Comissão Permanente de Economia, Turismo, Inovação e

Internacionalização desta Assembleia aquando quer da visita às instalações da STARTUP Lisboa, quer das instalações da LISPOLIS.-----

----- Estamos em contagem decrescente para mais uma grande iniciativa a que esta Assembleia não pode ficar alheia, nem tampouco passar ao lado e que certamente merecerá um acompanhamento especial por parte da 2ª Comissão.-----

----- A Câmara Municipal de Lisboa criou também uma plataforma que centraliza e disponibiliza dados abertos sobre a cidade. Não apenas dos serviços do município, mas também de um amplo conjunto de entidades relevantes da cidade, incluindo transportes, serviços, cultura ou dados estatísticos, como sejam a Fertagus, APL, ANA, MEO, EDP, ATL, INE, EPAL, Transportes de Lisboa ou EMEL.-----

----- Uma parceria de abertura de dados da cidade que é orientada por três grandes objetivos:-----

----- - Aumentar a participação e o envolvimento dos cidadãos; -----

----- - Promover a capacitação e a inclusão digital; -----

----- - Estimular a partilha de dados e a inovação aberta. -----

----- No âmbito da nova estratégia de dados abertos do município de Lisboa está uma mudança de paradigma que permite que empreendedores, estudantes, investigadores, empresas e demais interessados possam desenvolver novas aplicações, conceitos ou produtos de interesse para a cidade.-----

----- Pretende-se afirmar Lisboa como uma cidade inovadora à escala europeia que estimula e incentiva o desenvolvimento criativo de soluções inteligentes para a cidade. Para estimular estes desenvolvimentos está previsto um conjunto de iniciativas para serem desenvolvidas em Lisboa ao longo de 2016.-----

----- A nossa cidade é hoje uma das cidades mais inovadoras e empreendedoras da Europa. Este facto deve-se ao trabalho que tem sido desenvolvido ao longo dos últimos anos em vários projetos e iniciativas que visam encontrar soluções tecnológicas e inteligentes para a cidade. -----

----- A par do lançamento do novo portal “Lisboa Aberta”, queremos referir também o projeto de aceleração de empresas, procurando envolver *startups* e empreendedores da cidade que tirem partido do portal. Este é um projeto que pretende transformar Lisboa num grande laboratório de inovação. -----

----- “Lisboa Aberta”, já está *online*.-----

----- O portal vai crescer, é interativo e não exige qualquer registo. A informação disponibilizada será útil “para a melhoria das condições de vida na cidade” como diz o Presidente Fernando Medina, sendo importante salientar que será implementado de forma viva, dinâmica e surpreendente. “Um passo de gigante” no ponto de vista da cultura, da atitude e da melhoria da vida na cidade. -----

----- Mas...-----

----- Como seria de esperar, atendendo à altura do mandato em que estamos, parece agora, que alguns começam, a fazer oposição. -----

----- Ou pelo menos a tentar. Nem que seja, cada um para seu lado. De um lado na Câmara de outro na Assembleia... -----

----- Tendo sempre uma farpa ou crítica a lançar ao executivo, ao trabalho que vem sendo levado a cabo, nem que isso implique começar por se criticar e acabar por se congratular! Criando pelo meio um jogo de luzes, fumos e espelhos com que já estamos habituados a lidar. -----

----- Se não soubéssemos melhor, acharíamos que é este o mandato de estreia para alguma oposição, mas sabemos melhor. Sabemos aliás, que todos quantos agora tanto criticam já cá estão há vários anos... -----

----- No fundo a recém-chegada oposição, mal apelidada mas bem compreendida, faz pela vida e principalmente tenta agora recuperar o tempo perdido criticando “a torto e a direito”, principalmente por dois motivos: por tudo e por nada!-----

----- Mas enquanto isso a “caravana” passa e a marca fica. Para além dos já aqui focados hoje, temos também em Lisboa, desenvolvidos pelo Executivo do PS outros projetos que procuram aumentar a participação e a partilha, como sejam o Orçamento Participativo ou a rede de centros de cidadania digital. -----

----- Virados para o Futuro, o desafio para o PS e para este Executivo é o de incentivar a eficiência na utilização de recursos em cidades que se querem mais sustentáveis e inteligentes, com um triplo desafio: melhor governança, melhor cidadania ativa e mais desenvolvimento económico. -----

----- Ainda quanto ao Laboratório de inovação esta nova plataforma é o projeto ideal para mobilizar os atores ligados ao empreendedorismo na cidade de Lisboa para estimular a partilha de dados, aumentar o empreendedorismo e a inovação e dar mais um importante passo para a transformação de Lisboa numa “verdadeira *Startup City*”, aproveitando o “*Web Summit*” de Novembro para maximizar esse estímulo e a obtenção de resultados. -----

----- Temos de aproveitar o momento que Lisboa atravessa, centrando-se o objetivo na utilização de sinergias que a nova plataforma poderá propiciar, para que possam ser aplicadas no aumento do empreendedorismo e do emprego. -----

----- Os 50 000 empreendedores esperados, bem como toda a *entourage* da “*Web Summit*”, merecem a concordância unanime, estou certo, das forças políticas desta Assembleia, no sentido de representarem em si mesmo uma oportunidade única para Lisboa se continuar a afirmar como Capital Europeia e Atlântica!-----

----- Juntar este tão elevado número de empreendedores para este evento implica um turbilhão de ideias, de empresas, de projetos, fazendo de Lisboa, hoje, de novo, interposto comercial do futuro, de ideias de inovação, de progresso e modernidade. -----

----- Sem medos, hoje como no passado, encaremos o nosso Fado, e lideremos o Mundo para um futuro mais empreendedor, sem esquecer a participação democrática e solidária de todos, de modo a proporcionar uma melhoria da qualidade de vida dos nossos concidadãos. -----

----- Não há maior incentivo que lhe possamos dar para que continue, do que citar o grande empreendedor que foi Steve Jobs: “A inovação é o que distingue um líder dos demais”. -----

----- Disse.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- Muito obrigado, Senhor Deputado.-----

----- Não há pedidos de esclarecimento, portanto, o PS esgotou o seu tempo nesta Declaração Política, vamos passar à segunda força política.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Tiago Cruz (BE)** fez a seguinte Declaração Política:-----

----- Senhora Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhores Vereadores. -----

----- Se calhar, abordando já o primeiro assunto, que nos trás aqui as “salas de chuto”, e que é uma matéria que desde 2001, que é da competência municipal, é defendida por peritos do setor, e é uma realidade prática já em mais de 70 localidades, cidades europeias. -----

----- O atual executivo municipal já anunciou a sua vontade, primeiro na Mouraria, depois no Lumiar, de avançar com uma sala de chuto. E nós temos obviamente toda a disponibilidade para alterar o nosso projeto que é, obviamente, certamente, unânime, e avançamos, já com uma proposta de alternativa da deliberação final, mantendo a primeira parte da proposta, tal como ela está, e a seguir acrescentando seguinte; “Garantindo todas as consultas às entidades envolvidas bem como a sociedade civil”. Eu acho que, desta forma, se fazia o pleno da necessidade imperativa política de avançar, no curto prazo, dando um sinal claríssimo que vamos avançar já, não é saindo desta Assembleia, já que uma chave para abrir uma sala de chuto, não é disso que estamos a falar, mas avançando já, determinadamente, politicamente, com sinal político, vamos avançar com alguma coisa.-----

----- Mas, em segundo lugar, trazemos a debate o Orçamento de Estado de 2016 e, em particular, o fim da isenção do IMI para fundos imobiliários. E nessa matéria não posso deixar de fazer uma nota sobre a cacofonia com que as direitas quiseram, desesperadamente, afogar o Orçamento de Estado. Ouvia-se de tudo, de um enorme aumento de impostos que, afinal, não era, de metas incríveis que, afinal eram as da Comissão Europeia, de Paulo Portas preocupadíssimo, disse que vai a correr a Bruxelas falar com o Presidente da Comissão, tudo desesperadamente, para ver se nos esquecíamos dos últimos quatro anos. E talvez, seja necessário lembrar o que andaram a fazer.-----

----- Partindo da base de 2010, onde foram recolhidos 39 mil milhões de impostos, em 2011, um ano a seguir, 41,5 mil milhões de impostos, 2013, 43,3 mil milhões de impostos, 2015, 45,6 mil milhões de impostos. E o PEC, apresentado em Bruxelas, pelo PSD, que ia ser feita em 2016, iam recolher 47,7 mil milhões de impostos.-----

----- Acontece que o Governo, neste momento, vai recolher 46,9 mil milhões de impostos. E infelizmente, é assim que se vê que não há aumento, o gigantesco aumento de impostos aconteceu aos mil milhões por ano que o Governo PSD-CDS. E no meio disto, entre 2011-2015, o IRC caiu de 5,4 mil milhões para 5.2, ou seja, quem pagou a fatura ideológica do partido do contribuinte foi a classe média e, entretanto, o país ficou mais pobre; 25% das crianças em risco de pobreza, 40% dos desempregados em risco de pobreza, 2 milhões de pobres, em Portugal.”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia** no uso da palavra, interrompeu: -----

----- “Senhores deputados, eu vou interromper a sessão enquanto os Senhores Deputados não fizerem silêncio. Uma coisa é dar um aparte, outra coisa é este murmúrio permanente. Não há condições para estarmos em debate, assim. Os Senhores Deputados têm o seu tempo para intervirem, podem dizer tudo aquilo que entenderem dever dizer, mas têm de respeitar os outros Senhores Deputados quando estão a falar.-----

----- Lamento. -----

----- Faça favor.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Tiago Cruz (BE)** no uso da palavra, continuou: --

----- “Verdadeiramente, não é isto que os preocupa, nem aos Senhores, nem à Comissão Europeia, estão verdadeiramente preocupados, isso sim, como mudança pequena, é verdade, a alteração da pressão fiscal sobre os salários para uma melhor redistribuição do esforço fiscal. Durante anos, e por alguma razão que ninguém foi ainda, capaz de explicar convenientemente, os fundos imobiliários estavam isentos de pagar IMI, ou seja, a carga fiscal do IMI que aumentou, incessantemente, desde 2010, de um ponto de mil milhões para 1,6 mil milhões, os fundos de imobiliárias partilhavam uma bolsa cada vez maior de casas sem o menor incentivo fiscal para as colocar no mercado. Mais, não só carga do IMI sobre as famílias aumentou brutalmente, como a proteção da cláusula de salvaguarda foi extinta, colocando milhares de famílias em incumprimento. Foi mais uma borla à banca como se já não bastassem os 12,4 mil milhões enfiados do BPN, BPP, Banif e Banco Espírito Santo. Essa borla chegou ao fim, com este Orçamento de Estado, vem tarde, mas é uma medida bem-vinda que o Bloco de Esquerda saúda com expectativa para que no futuro se proceda a uma verdadeira reforma do IMI. -----

----- Muito obrigado.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Miguel Graça (IND)** no uso da palavra, apresentou o seguinte pedido de esclarecimento: -----

----- “Senhora Presidente, relativamente a uma das questões levantadas pelo Bloco de Esquerda, nesta intervenção, portanto, as salas de consumo assistido, em Lisboa, os Deputados Independentes gostariam, também, deixar aqui um esclarecimento sobre esta matéria. -----

----- Primeiro, que achamos, obviamente, a iniciativa do Bloco de Esquerda louvável no sentido em que levanta esta questão, mas também devemos dizer que a Câmara Municipal de Lisboa já o disse, que não tem objeções à abertura destas salas de consumo assistido em Lisboa e é uma matéria, aliás, de preocupação da própria Câmara. Este é o conhecimento que nós temos, no entanto, e apesar de acharmos louvável esta iniciativa, temos algumas reservas relativamente a recomendação, primeiro porque achamos, de facto e, apesar de haver a intenção do Bloco de Esquerda de fazer alterações à sua proposta, eles acabam por não responder completamente às dúvidas que nós temos. É óbvio que um processo como este não pode ser feito e avançado, de imediato, pela Câmara, não só não consulta na administração central, aliás, que é obrigada a isso, o SICAD tem que autorizar a abertura e os próprios processos que temos relativamente aos projetos de resposta integrada, obriga ao

próprio envolvimento da ARS, portanto, tudo isso implica, no fundo, uma coordenação com a administração central que é essencial. -----

----- E também, obviamente, a questão da sociedade civil é importantíssima numa matéria como esta até porque existe uma escala local que não se pode esquecer de quando fazemos a introdução de uma sala de consumo assistido no território específico. O problema é que tudo isto me parece muito bem, é incompatível com a expressão que utilizam aqui de avançar de imediato, isto é, não se pode avançar de imediato e, ao mesmo tempo, fazer da de uma forma integrada e coordenada com a administração central e com a sociedade civil e, portanto, isto parece-nos incompatível e o que pedimos ao Bloco de Esquerda é que altere o seu texto, parece-nos bem a introdução do último ponto, mas que retire o avanço de imediato para que a câmara pondere, aliás, nós já sabemos que a Câmara não tem nenhuma objeção, é um projeto que, provavelmente, estará e será implementado, em breve, e que retire esta expressão do avanço imediato se não nós não nos sentimos em condições de votar a favor, aliás, é real que os Deputados Municipais Independentes, inclusivamente, acreditam que seja um projeto de valor, e tínhamos muita pena não podermos votar a favor desta proposta do Bloco de Esquerda, se assim fosse. -----

----- Muito obrigado.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Pedro Delgado Alves (PS)** no uso da palavra, apresentou o seguinte pedido de esclarecimento: -----

----- “Muito boa tarde a todos e a todas. -----

----- Em primeiro lugar, gostaríamos de saudar a recomendação porque ela, efetivamente, vai ao encontro de um dos eixos, e das preocupações para lidar com o problema, mas, de facto, revemo-nos, inteiramente, nas preocupações acabadas de ser expressas pelo Senhor Deputado Miguel Graça, particularmente, queria-vos deixar uma breve nota do que se tem feito no Alto Lumiar, em torno desta matéria, precisamente, porque nos parece que a resposta tem de ser, permanentemente, integrada. -----

----- A partir do trabalho de toxicodependência que é um grupo de trabalho da Comissão Social de Freguesia foram constituídos, e tem havido trabalho com as instituições locais envolvendo as escolas, as forças de segurança recentemente envolvem também o SICAD e as próprias equipas de rua que fazem trabalho no território e que hoje trabalham em rede integrada mente, escolhendo os locais, fazendo um diagnóstico claro das formas de intervenção, e no quadro da qual, ao longo de vários anos, tem de facto, constatado a necessidade de haver um tipo de apoio adicional não necessariamente circunscrito à ideia do consumo assistido, mas em que o consumo assistido seja, também, uma vertente. -----

----- Preocupa-nos a dimensão do rastreio de um conjunto de doenças, nomeadamente aquelas do foro respiratório, mas não apenas, preocupam-nos questões relativas ao acompanhamento das vezes no foro psiquiátrico, muitos dos consumidores, preocupam-nos problemas relativos às situações de dependência e às situações de abandono dos consumidores e, de facto, há uma componente que localmente, até, porque também nos parece fundamental ter a população do lado destas respostas, há uma componente mesmo que é compreendida por quem vive esta realidade, a realidade dramática, por

exemplo, se vive no Bairro da Cruz Vermelha em que as populações vivem nas escadas das suas habitações com o consumo das pessoas que adquirem aos traficantes da zona envolvente e, de facto, vão consumir à porta das casas onde residem famílias, onde residem menores, para aquelas pessoas, ninguém tem quaisquer reservas que é fundamental retirar o consumo daqueles locais, e colocados em locais que protege, quer os próprios, quer também aquelas pessoas que residem no local. Obviamente, por isto mesmo, por todas estas razões, parece-nos que a intervenção deve continuar a ser integrada e não deve perder de vista, precisamente, esta ideia global, porque temos de ganhar a comunidade para o nosso lado, acho que ela está ganha aquela comunidade que tem que lidar com as seringas abandonadas nas suas escadas. Aquela que tem que lidar com os problemas diretos da criminalidade que lhe é associada, percebem integralmente o problema, muitas vezes são as populações que não vivem o dia-a-dia e que moram suficientemente próximo para desconhecer a realidade que tem reservas, que têm dificuldades e, portanto, o trabalho pedagógico de toda esta assembleia é absolutamente fundamental para percebermos que o consumo vai ocorrer, exista a sala de consumo assistido, ou não. E, portanto, fundamental é dar dignidade às pessoas que estão muitas delas a atravessar um processo de ultrapassagem das dependências e, portanto, dar-lhes respostas claras e sólidas.-----

----- E portanto, dando nota disto, estamos totalmente disponíveis para uma solução que permita viabilizar o texto, porque acho que é um marco importante para as políticas municipais integradas com o SICAD, integradas com as respostas na área da saúde e nas restantes, e pedimos, de facto, para poder ser revista e não mais, a parte resolutiva no sentido deixar claro que o trabalho que tem que ser feito tem de ser integrado, tem que envolver as comunidades locais, as entidade e que esta ideia, do avançar de imediato, pode até às vezes ser contraproducente, e é necessário dar passos seguros firmes, sem abdicar da solução, que a esmagadora maioria dos países que as adotou, de facto, tem resultados absolutamente notáveis, neste domínio.-----

----- E deixava esta nota final, temos sido visitados muitas vezes por instituições do Reino Unido, da Dinamarca, da Noruega que vêm ver as dificuldades que enfrentamos, que nos trazem as suas boas práticas, mas em muitos casos também, que cá vêm buscar boas práticas relativos a opção da despenalização e da descriminalização que o Estado português adotou, e que, também, abre a porta, precisamente, a que estas estratégias de tratamento possam ser mais eficazes e que possam dar respostas mais úteis. Foram vários os visitantes do Canadá, por exemplo, ficaram impressionados, apesar da precariedade das situações em que o consumo ocorre, o restante aparelho e a forma como a sociedade se tem mobilizado para resolver o problema tem sido acolhida positivamente, portanto, deixávamos este apelo para podermos todos, como penso que queremos votar favoravelmente uma recomendação que melhora a qualidade de vida de todos os que ali residem, e daquele simplesmente, que também se encontram numa situação de dependência.-----

----- Muito obrigado.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Tiago Cruz (BE)** no uso da palavra, respondeu o seguinte:-----

----- “Senhores Deputados, eu me compreendo perfeitamente as preocupações, e partilho e saúdo o excelente trabalho na Freguesia do Lumiar, particularmente. -----

----- A expressão, não devemos tomar a expressão e embicar nela como uma muralha de contra o entendimento, pelo contrário, nós simplesmente notamos que há 15 anos, isto é um imperativo possível legalmente, e é uma competência municipal que não foi concretizada, falta pouco. Há uma unanimidade, não há divergência de posições concretas entre nós, podemos facilmente avançar e nós estamos obviamente disponíveis para condicionar plenamente a frase que nós temos e a expressão do “avançar de imediato”, condicionar esta expressão aos necessários contactos e coordenação com os serviços centrais necessários. Nada impede a outra e acho que não deveria ser por isso, podemos depois arranjar uma formação, mas acho que, ao fim de 15 anos, achamos, sinceramente, que tem que haver um imperativo, que tem de haver uma forma política com esta expressão que torne claríssima, politicamente, que vamos avançar com alguma coisa, no curto prazo de tempo, e achamos que esta é a expressão necessária.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia** no uso da palavra, referiu: -----

----- “A Mesa se apela, de qualquer maneira, aos Senhores Deputados que suscitaram questões para que, no decurso da continuação da sessão, possam, ainda, chegar ainda, a uma solução de redação, que está previsto isso no regimento que, portanto, que satisfaça as questões que foram suscitadas.” -----

----- **A Senhora Deputada Municipal Lúcia Gomes (PCP)** fez a seguinte Declaração Política:-----

----- “Excelentíssimos Senhores Vereadores e Vereadoras, Caros Deputados Municipais, Excelentíssimas Senhoras e Excelentíssimos Senhores. -----

----- Assistimos hoje a um fenómeno global de elitização de determinados locais e cidades, resultantes de desenvolvimentos e planeamentos orientados para gerar lucro, enquanto tudo o que é característico, tudo o que é memória e história, a par de todas aquelas que são as condições a que qualquer pessoa deve ter direito para viver no local onde nasceu ou decidiu viver vão desaparecendo, na exata medida que locais exclusivos e inacessíveis à maioria de nós vão tomando lugar central. -----

----- Lisboa não é exceção: aqui não decide um poder local democrático, transparente e para todos. Manda o lucro, o interesse económico, a ditadura do dinheiro, cuja face mais visível se materializa no Senhor Vereador Manuel Salgado e nos muitos anos de políticas de destruição da cidade para os cidadãos, numa linha demasiado ténue entre o interesse público e interesses privados. Cargo público não é prémio, é compromisso, antes de mais, compromisso com as populações e com o interesse público. -----

----- Contudo, a arquitetura deste Executivo é a da descaracterização, da expulsão e da substituição por tudo aquilo que faça *bling bling*, particularmente quando grandes grupos monopolistas assinam com patrocínios ou proto-investimentos que só se servem a si mesmos, como se tem visto pelo capital sem rosto ou nacionalidade que tem tomado conta dos edifícios e do comércio em Lisboa. -----

----- Esta *cidade-parque*, desenhado à medida de uma ideologia *tardoliberal* vai ainda mais longe, chegando não apenas aos locais históricos mas a locais fundamentais para o bem-estar, dia a dia e mobilidade de quem vive e/ou trabalha em Lisboa.-----

----- Se há oito meses o PS se apressou a abafar as declarações que afirmavam a vontade de demolir a estação de Santa Apolónia para construção de espaços verdes, espaço para o qual um afamado gabinete de arquitetura – esse mesmo, o Risco, com ligações familiares, precisamente, ao Sr. Vereador Manuel Salgado – que com o plano da Matinha, aprovado em 2011 por PS e CPL, contemplando a urbanização de cerca de 20 hectares do Grupo Espírito Santo, curiosamente, prevê a construção de um espaço verde na zona da Estação, hoje a intenção de alterar o espaço é óbvia e deixa antever a concretização das declarações iniciais. -----

----- Desta estação secular, a 3ª estação do país, edifício público que passou da monarquia para a República e assim se manteve, como edifício público com transportes de qualidade que servem trabalhadores, estudantes, turistas, chegam e partem 150 circulações por dia entre Alfa, Intercidades, Inter-regional, Regionais e Urbanos, sendo que é o local de onde partem os comboios Sud Express e Lusitânia para Paris e Madrid. -----

----- O fluxo médio mensal de passageiros ronda os 250 mil e 3 milhões de passageiros ao ano na única estação que está não só na zona nobre de Lisboa como perto de todos os centros de transbordo de barcos, metro e autocarros. -----

----- Nesta estação foram investidos 300 milhões de euros para 2158 metros de extensão de linha do Metro, estimando-se a utilização desta linha por 20 milhões de passageiros, com a poupança, resultante desta extensão para o Terreiro do Paço e Santa Apolónia de 2,7 milhões de horas em deslocações e redução em mais de 3 mil toneladas de CO2, de acordo com dados da própria Câmara Municipal. -----

----- Mas como o dinheiro fala mais alto, e com o pressuposto, e cito que tal como a «a estação de S. Bento, no Porto, onde vão perto de 4000 visitantes anuais que não vão lá para viajar de comboio”, os planos passam pela sua transformação num hotel. Sempre se perguntará quem dormirá melhor, os turistas que venham a ficar no hotel da estação, ou a família Espírito Santo que encontrou mais um veículo de investimento para o frágil património que lhes tira o sono?-----

----- Mas a saga continua. Em 2008, Manuel Salgado afirmou à imprensa que «a baixa nunca será uma zona residencial». E para isso tem trabalhado afincadamente: para o Saldanha, Cais do Sodré, Santos e Campo das Cebolas estão previstos parques de estacionamento (implicando mesmo a destruição do simbólico mural José e Pilar); em apenas 16 hectares no Terreiro do Paço, Rua do Ouro, Praças do Rossio e da Figueira e Rua da Madalena, surgiram, em 2015, 60 unidades hoteleiras, ao mesmo tempo que deram entrada mais 113 processos de licenciamento para reabilitação do edificado urbano na baixa com fins hoteleiros.-----

----- Em 2010, existiam 741 alojamentos locais, em Novembro de 2015, 2380, num crescimento sem qualquer planificação ou avaliação. Prova disso mesmo é o crescimento exponencial do aluguer através do portal *airb'n'b* com 34 mil casas em Portugal e 15 milhões de hóspedes. 60% do crescimento da rede em Portugal deve-se

exclusivamente a Lisboa que ocupa hoje o 14º lugar em termos de n.º de hóspedes, na utilização de um instrumento de arrendamento que não está regulamentado, não implica o pagamento de impostos e é maioritariamente utilizado, de acordo com Arnaldo Muñoz, director ibérico da rede, por pessoas que não têm capacidade para pagar as suas rendas, tendo que recorrer a estes mecanismos. -----

----- Em Lisboa, o mercado imobiliário atravessa a sua fase especulativa mais feliz, com rendas que não param de subir, obrigando a que as pessoas, particularmente as classes trabalhadoras, se afastem cada vez mais do centro ou mesmo da cidade, por constrangimentos financeiros. -----

----- Para além do grave problema de habitação, todos os dias encerram lojas, cafés e locais históricos, como o caso do Café Palmeira, o café Estádio, lojas na Fábrica Sant'anna, a Casa Alves, a construção de um novo hotel na secular Braz & Braz, locais que fazem parte da memória coletiva cidadã e que movem já milhares de cidadãos em torno da petição pela salvaguarda das lojas históricas solicitando a intervenção urgente da Câmara Municipal. -----

----- Uma baixa cada vez mais deserta dos habitantes de Lisboa, comércio tradicional praticamente inexistente, restaurantes e locais inacessíveis às classes trabalhadores, o direito constitucional à habitação perigado pela especulação ilegítima e injusta, encerramento das ruas e do espaço público à mercê de grupos económicos, destruição do património arquitetónico público, privatização de espaços históricos que passam a ser apenas para alguns, concursos públicos que já se conhecem vencedores antes mesmo do seu lançamento: esta é, de facto, a herança que este executivo quer deixar? A expulsão de pessoas da cidade para a construção de um enorme parque temático, sustentado à custa do aumento exponencial dos preços e a homogeneização de uma cidade, para que se torne, exclusivamente, num local que apenas alguns podem visitar?"-----

----- **A Senhora Deputada Municipal Cláudia Madeira (PEV)** fez a seguinte Declaração Política: -----

----- “A Maternidade Alfredo da Costa é uma maternidade pública, com mais de 80 anos de funcionamento e onde já nasceram centenas de milhares de bebés, que continua a registar o maior número de nascimentos do país e onde é assistido o maior número de bebés prematuros e de grávidas de risco. -----

----- Ao longo destes anos tem desenvolvido importantes valências e especializações na área materno-infantil, apenas possíveis pela concentração de cuidados de saúde. -----

----- Mas a Maternidade Alfredo da Costa é muito mais. Tem um conjunto de serviços de excelência e é, também por isso, um contributo essencial para o progresso extraordinário que o nosso país tem tido a nível de indicadores de saúde materno-infantis. -----

----- No entanto, após o Estado ter investido milhões de euros a melhorar esta maternidade, o anterior Governo decidiu que a MAC iria fechar portas. Decidiu que ia desagregar e destruir todo o vasto trabalho construído e consolidado ao longo de décadas, dispersando os cuidados e profissionais de saúde por outras unidades hospitalares, quando até já se sabe que não terão condições para os receber. -----

----- Isto foi decidido revelando um completo desrespeito e desprezo pelos trabalhadores, pelos utentes e pela população em geral. O objetivo era cortar na despesa, mesmo que isso prejudicasse cuidados e assistência de qualidade, distribuísse os profissionais por vários hospitais, levasse alguns ao desemprego e, se fosse possível negociar o edifício, tanto melhor para o então ministro da saúde.-----

----- O anterior governo não tinha um só argumento válido para justificar esta opção. Até do ponto de vista económico seria um erro pois era preciso gastar muito dinheiro para reconstruir a excelência desta instituição. Por isso, o que se pretendia era desmembrar e destruir esta maternidade como a conhecemos. -----

----- Como é natural, nunca se percebeu como se poderia destruir uma instituição tão importante e valiosa, razão pela qual surgiu de imediato uma forte contestação a esta decisão. -----

----- De facto, o encerramento da MAC tem estado envolto em polémica desde o seu anúncio. Por vontade do governo PSD/CDS tinha fechado logo, não fosse um grupo de cidadãos ter entregue uma providência cautelar que acabou por estar na origem da suspensão de todo este processo, por decisão do Tribunal Administrativo de Lisboa. -----

----- Na altura, o Ministério da Saúde invocou 116 argumentos para encerrar a Maternidade, mas não chegaram para convencer o Tribunal que decidiu, uma vez que parte dos serviços já estava a ser transferida para o Hospital D. Estefânia, que essa transferência devia ser suspensa de imediato, mantendo-se na Maternidade Alfredo da Costa. -----

----- É fácil perceber que este encerramento representaria graves consequências para o serviço de saúde pública, não só para Lisboa mas para todo o país e, para “Os Verdes”, a Câmara Municipal de Lisboa não deve pactuar com esse erro, devendo assumir uma posição clara e firme em defesa da Maternidade Alfredo da Costa.-----

----- Recentemente, o Tribunal Administrativo do Sul declarou extinta a ação relativa ao encerramento da maternidade, anunciando, portanto, que não deverá encerrar, pelo menos até que seja construído o novo hospital. -----

----- É certo que, por agora e até que seja construído o novo Hospital Oriental de Lisboa, a situação parece estar resolvida pois as decisões judiciais têm ido ao encontro do não encerramento da MAC, pois é inconcebível liquidar uma unidade de saúde de excelência e tão necessária para a população em geral e as mulheres e crianças em particular. -----

----- Para “Os Verdes” a questão fundamental é garantir que a MAC não encerra e que a construção do futuro hospital, que ainda não se sabe quando vai acontecer, não pode ser motivo para que a Maternidade feche portas. -----

----- Para nós, este novo hospital deve servir para dar resposta às necessidades já há muito sentidas a nível de cuidados de saúde na cidade de Lisboa e a MAC deve continuar a dar resposta às necessidades a nível dos cuidados de saúde materno-infantil. -----

----- Encerrar a MAC não é apenas uma simples reestruturação. Se a maternidade encerrar não vai ser possível, com a mesma capacidade de resposta, ter o mesmo número de camas e a qualidade do trabalho ali realizado. -----

----- Tudo isto é possível porque a MAC tem autonomia a nível de gestão e direção e até no plano financeiro, autonomia que lhe permite ter capacidade para desenvolver competências próprias.-----

----- A possibilidade de integração da MAC no Hospital Oriental, tal como estava perspetivado pelo anterior governo, não salvaguarda a maternidade nem tudo o que ela representa como unidade integrada, autónoma e com vocação específica para a saúde materno-infantil.-----

----- A construção do novo Hospital, caso venha a ser uma PPP, não pode justificar o fecho da Maternidade Alfredo da Costa, algo com que “Os Verdes” discordam totalmente, nunca terá as condições mínimas para substituir a MAC, e a maternidade, como a conhecemos, vai acabar.-----

----- Para “Os Verdes” é desejável e possível assegurar que esta instituição continuará o seu excelente trabalho, com resultados de referência no atendimento a grávidas, recém-nascidos e famílias, acautelando o interesse público e dos cidadãos.-----

----- Para concluir, com esta decisão do tribunal, esperamos que haja de novo alguma sensatez na gestão deste processo, e esse é também o objetivo desta declaração política de “Os Verdes”: contribuir para a sensibilização e para a necessidade de haver uma convergência de forças em defesa da MAC, como maternidade pública e de referência.--

----- Muito obrigada.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Carlos Silva Santos (PCP)** no uso da palavra, apresentou o seguinte pedido de esclarecimento:-----

----- “O meu pedido de esclarecimento é muito simples, era saber se a Senhora Deputada está a par da Carta de Saúde, ou da Carta Hospitalar para Lisboa, projetos que parece que terá havido estudos na Câmara, mas que o nosso Vereador João Afonso não tem aparecido, nem tem tido a possibilidade de o confrontar com a ausência de resposta a um requerimento que já leva meses, em que nós podíamos informação clara qual é posição da Câmara sobre a Carta Hospitalar.-----

----- Não é só a maternidade que vai encerrar, são mais cinco outros hospitais e pretende fazer-se um ato de magia pura, que é a das 1900 camas que temos, atualmente, transferir para o Hospital Oriental que na sua magnitude monstro em termos de capacidade, poderia ir às 800 camas, e substituímos 1900 camas por 800 camas, isto só seria possível se no centro da cidade ficassem hospitais privados, prontos a ficar com as camas que não eram feitas para a ação pública.-----

----- Eu quero avisar, mais uma vez, os Senhores Deputados que ninguém pode invocar ignorância dos avisos que já tenho aqui deixado, que este processo está a caminhar para destruir os 6 hospitais tradicionais do centro da cidade, sem contrapartida.-----

----- O Hospital Oriental é um Hospital de média dimensão para a população Oriental que é 200 mil habitantes, com 2 camas por mil habitantes, são 400 camas, não é mais nem menos, que Beatriz Ângelo, de Loures.-----

----- Portanto, estejamos atentos, defendemos o Hospital Oriental, mas defendemos estes hospitais como elementos importantes e, não só, historicamente, tecnicamente, cientificamente e humanamente. Não deixemos mais isto andar, vai andando devagarinho e volto a dizer, será um terramoto superior ao terramoto verdadeiro que

tivemos aqui no centro da cidade, e a ele se fica a dever aquilo que já evoquei, não fique Manuel Salgado o incapaz de fazer mais que um terramoto da natureza.”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia** no uso da palavra, referiu: -----

----- “Muito obrigado Senhor Deputado. -----

----- Eu antes de dar a palavra à Deputada Cláudia Madeira, alertar o Deputado Carlos Silva Santos que ontem não teve possibilidades de estar na Conferência de Representantes, que foi entre todos, decidido que estava na altura de a Comissão de acompanhamento da Colina de Santana, junta mente com a 6ª Comissão, que é a Comissão de Saúde, chamar todos os responsáveis sobre a rede hospitalar, sobre a rede de cuidados continuados da cidade de Lisboa. E portanto, as iniciativas que está aqui a lembrar, ontem mesmo na Conferência de Representantes foram faladas. Ainda, não falei com o Senhor Presidente da 6ª Comissão, porque também não estive na Conferência de Representantes, mas irá receber uma cartinha com os resultados. E foi pedido contributos a todas as forças políticas para vermos qual é a forma de fazermos este debate e, portanto, era só para lembrar isto. -----

----- A Senhora Deputada Cláudia Madeira tem ainda, mais um pedido esclarecimento.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Vasco Santos (MPT)** no uso da palavra, apresentou o seguinte pedido de esclarecimento: -----

----- “Muito obrigado, e uma muito rapidamente, nós temos algumas dúvidas em manter no ponto em que mantém a MAC com o novo hospital, se haverá meios pessoais, meios funcionais, médicos e enfermagem, para poder manter com a devida qualidade que é pedido, os dois hospitais em simultâneo. Daí, não sabemos qual é a posição do Partido Ecologista “Os Verdes”, em relação a isso, mas a nossa dúvida é essa. -----

----- A segunda dúvida, não sei se sendo a Mac, a atual MAC, um hospital de referência, onde nasceram uma grande quantidade de portugueses, não sei se seria melhor, convertê-la num museu, ou numa outra estrutura qualquer do género, ao invés de manter um edifício que já não tem condições, pela sua idade, para manter o mesmo serviço. -----

----- Disse.” -----

----- **A Senhora Deputada Municipal Cláudia Madeira (PEV)** no uso da palavra, respondeu o seguinte: -----

----- “Obrigada agradeço as questões que nos foram colocadas, e tentando responder, nós, “Os Verdes”, partilhamos as preocupações que foram levantadas pelo Grupo Municipal do PCP, nós não nos opomos à construção do Hospital Oriental de Lisboa, defendemos até que seja construído com uma gestão pública, mas também sabemos das informações que nos chegam e daquilo que estava perspetivado, que este hospital não vai substituir a oferta de cuidados de saúde que existem, neste momento, e que querem encerrar, e não deve ser, portanto, apresentado como uma alternativa para justificar, nem o encerramento da Maternidade Alfredo da Costa, nem dos outros cinco hospitais; São José, Santa Marta, Capuchos, Curry Cabral e Estefânia. Além de que, neste caso concreto da MAC, o que vai acontecer é que se vai encerrar uma instituição pública de

referência para passar parte dessa instituição para uma PPP, se for isso que se venha a verificar. -----

----- É certo que se prevê uma diminuição brutal do número de camas, e uma eventual redução de pessoal. Há mais ou menos há 6 meses, umas das declarações que foram tornadas públicas foi que o hospital, o novo Hospital de Lisboa terá um serviço de ginecologia, obstetrícia, e que não irá acolher todos os departamentos e pessoal da MAC. -----

----- O objetivo desta nossa declaração política era, também, sensibilizar esta Assembleia Municipal e a Câmara para que tome uma posição em relação a isto e, portanto, é importante que percebermos qual é o papel da Câmara e também do novo Governo. -----

----- Se Lisboa apresenta um grande défice de camas nos hospitais que existem hoje em dia, e é verdade, e está mais do que comprovado. É preciso resolver essa situação e a construção deste hospital é fundamental, mas como um complemento e não como uma justificação para encerrar. -----

----- Depois há um outro aspeto que serve, tanto para a Maternidade Alfredo da Costa, como para os Hospitais da Colina de Santana, que não nos podemos esquecer onde é que estão situados, numa zona de Lisboa que é uma zona de excelência central, e que, facilmente, se percebe o valor e imobiliário e porque é que é tão apetecível. -----

----- Dizer, também, que não há propriamente estudos que mostrem que a opção de encerrar a Mac ou outros hospitais, é correta e que e mesmo que é mesmo necessária. ---

----- Sobre a questão da Maternidade Alfredo da Costa poder ser um museu, ou uma outra coisa qualquer, obviamente, não nos revemos nessa opção e com a quantidade de desemprego que há, com as listas de espera que há, com a quantidade de pessoas que empurradas para o privado, é perfeitamente possível e desejável ter a maternidade a funcionar e ter o hospital a funcionar. -----

----- Quería só também, deixar aqui uma sugestão, é que tanto este assunto da Maternidade Alfredo da Costa, como as outras situações de saúde e dos outros hospitais de Lisboa possam a ser acompanhados por esta Assembleia, através da 6ª Comissão.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia** no uso da palavra, referiu: -----

----- “Muito bem, é isso mesmo que se pretende e, portanto, vamos prosseguir.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Miguel Santos (PAN)** no uso da palavra, apresentou a seguinte Declaração Política:-----

----- “Muito obrigado Senhora Presidente, Senhores Secretários, Senhores Vereadores, Deputados Municipais, Imprensa e Público em geral.-----

----- Ontem e hoje, tem decorrido, aqui, na nossa cidade, uma conferência sobre o rendimento básico incondicional. Esta conferência quer discutir um tema da maior importância para a cidade e para o país, que tem a ver com a redução de trabalho, trabalho com direitos, que tem diminuído de forma alarmante em toda a civilização ocidental, e nós não somos exceção. Aquilo que nós podemos constatar é que cada vez mais a substituição tecnológica, portanto, o desemprego tecnológico e estrutural está a assumir proporções absurdas. É evidente que nós não podemos inventar empregos. Isso

faz-me lembrar uma história aqui há umas poucas décadas, alguém questionava, porque é que a Índia não comprava máquinas para fazer brita? Enquanto podíamos observar na beira da estrada milhões de indianos com martelos a fazer brita à mão, e a razão era muito simples; queriam que houvesse trabalho para toda a gente. -----

----- É evidente, que a situação, hoje, é um bocadinho diferente, nós não queremos trabalhos de fazer brita, nós temos competências próprias que, como país conseguimos atingir em termos de qualificações tecnológicas e profissionais, e achamos que o mais importante, neste momento, em que se vê uma transferência do rendimento do trabalho para o rendimento do capital, nós temos é que garantir que uma parte do capital possa ser dedicado ao rendimento das populações. E, portanto, mais do que conseguir um direito que é cada vez mais fugidio ao trabalho, nós temos que conseguir o direito ao rendimento digno para todos os cidadãos, é esse o conceito que subjaz à criação do rendimento básico incondicional que está em experiência em vários pontos do planeta.-----

----- Ontem, foi feita uma conferência na Assembleia da República, hoje, na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, e vimos também, que vamos, na própria Assembleia Municipal, ter uma discussão sobre o trabalho, em boa hora, lançada pelo PCP. E, portanto, aí teremos oportunidade de falar sobre todas estas questões, que são questões reais, e poderemos observar quais os caminhos que temos para sair desta armadilha que é uma armadilha que nos está a apertar a todos, coletivamente. -----

----- O meu apelo é que, de uma forma, ou de outra, nos possamos informar sobre estes vários assuntos e que possamos transformar a próxima conferência sobre o trabalho, patrocinada pelo PCP, num grande evento, onde possamos discutir estas matérias.-----

----- Obrigado.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia** no uso da palavra, perguntou:-----

----- “Pergunto se alguém quer fazer pedidos de esclarecimento ao Senhor Deputado Miguel Santos? Não vejo pedidos de palavra. -----

----- Vamos prosseguir.” -----

----- **A Senhora Deputada Municipal Maria Luísa Aldim (CDS-PP)** no uso da palavra, apresentou a seguinte Declaração Política: -----

----- “Excelentíssima Senhora Presidente da Assembleia e restante Mesa, Excelentíssimos Senhores Vereadores, Caros Deputados.-----

----- A Constituição da República Portuguesa consagra a segurança das pessoas como um direito das populações e um dever do Estado. -----

----- Embora a segurança não seja diretamente competência das autarquias locais, a verdade é que as Câmaras Municipais têm vindo a ter cada vez mais responsabilidades na defesa das suas populações face à criminalidade para além do exercício das suas demais competências próprias que, de forma direta ou indireta, contribuem para a segurança da comunidade.-----

----- A videoproteção, desde que respeitado um conjunto de pressupostos e garantias inerentes à liberdade individual, dá efetiva garantia de melhoria do sentimento de segurança aos cidadãos, assim como a todo o tecido social. Por exemplo, na Grã-Bretanha, em 2009, 95% dos crimes de assassinato investigados pela *Scotland Yard*

foram resolvidos recorrendo às imagens de CCTV, o acrónimo inglês para televisão em circuito fechado. -----

----- Em Lisboa estas garantias têm sido cumpridas nas várias zonas vigiadas através de cameras, como acontece, atualmente, no Bairro Alto, não sendo do conhecimento público a existência de queixas baseadas na intromissão privada da videoprotecção.-----

----- É pois com surpresa que ouvimos que a PSP, por questões de segurança, vai avançar com um terceiro pedido de instalação de sistema de videoprotecção na Baixa da capital, por a Comissão Nacional de Proteção de Dados já ter chumbado por duas vezes, em 2009 e 2011, a instalação deste tipo de projeto naquela zona.-----

----- E a surpresa não é relativa à justa ambição da PSP em obter uma ferramenta dissuasora do crime mas para com as reservas da Comissão Nacional de Proteção de Dados perante a colocação de câmaras de vigilância para prevenção de assaltos. É que estamos a falar da mesma entidade que não tem qualquer problema com a criação de listas de devedores ao fisco e à segurança social. Pelos vistos um cidadão em incumprimento perante Estado tem menos direitos que um larápio que se apossa de bens privados. -----

----- Em 2009, o projeto de instalação de videovigilância previa a instalação de 50 câmaras. Em 2011, o vereador Manuel de Brito informava que no seguimento de um estudo do Comando Metropolitano de Lisboa (COMETLIS) da PSP, iriam ser colocadas 70 câmaras de videovigilância, do Cais do Sodré à Alameda Dom Afonso Henriques. Passaram 5 anos e nada aconteceu. -----

----- Julgamos que devido aos sucesso que se revestiu a instalação de câmaras de videovigilância, no Bairro Alto, que permitiram a prevenção e a resolução de pequenos crimes. Aliás, convém lembrar que esse sistema teve um parecer positivo em 2009, mas só foi ligado em meados de 2014. Será que a segurança dos cidadãos é algo somenos que faz com que os anos passem sem que se dotem as forças da ordem dos meios necessários? Já alguém refletiu porque é que estes pequenos passos, consensuais na opinião pública, levam anos e anos para serem resolvidos? -----

----- É que a instalação no Bairro Alto não atentou contra a liberdade de ninguém. Pelo contrário, ampliou o sentimento de liberdade de todos os que em lazer ou trabalho pretendem fruir o Bairro Alto em segurança. E que esse sentimento se possa estender a outras zonas de vivência noturna, como Santos, Cais do Sodré ou Alto de Santa Catarina, através da aplicação da mesma medida, como é o desejo de autarcas locais e população.-----

----- Pelo que o CDS espera que a videovigilância seja, em breve, uma realidade na Baixa lisboeta, que perante existência de criminalidade no Bairro Alto a autorização do sistema seja renovado em Novembro próximo e que se estude a instalação de câmaras noutras zonas de diversão noturna, aumentando a segurança de moradores, comerciantes e frequentadores nacionais e estrangeiros. -----

----- Muito obrigada.” -----

----- **A Senhora Deputada Municipal Lúcia Gomes (PCP)** no uso da palavra, apresentou o seguinte pedido de esclarecimento: -----

----- “Eu gostaria de questionar a Senhora Deputada do CDS, quais são os dados em que se baseia para dizer que a videovigilância é um desejo das populações e dos autarcas? E em que medida é que entende que a videovigilância é o principal meio de defesa das populações? Se não seria, por um lado, mais equilibrado, exigir mais policiamento de proximidade, mais meios para a PSP, nomeadamente, os meios técnicos e humanos, contratação de mais polícias, mais fardas, mais carros, e se não tem, absolutamente, problema nenhum considerar que a Comissão Nacional de Proteção de Dados já deu dois pareceres negativos, uma vez que, os locais onde se pretendem instalar as câmaras, não protegem, de facto, a privacidade e intimidade, os direitos pessoais e os direitos de circulação dos cidadãos, se isso não entronca nos princípios do CDS que, quando lhe interessa cita a Constituição, se não acha que não são uma violação do direito à livre circulação colocar câmaras e toda a cidade e se o CDS quer mesmo a segurança dos cidadãos, ou é só mais uma forma a da sua visão de repressão e opressão do Estado policial que tanto desejam? -----

----- **A Senhora Deputada Municipal Maria Luísa Aldim (CDS-PP)** no uso da palavra, respondeu o seguinte: -----

----- “Muito obrigada, antes de mais. -----

----- Senhora Deputada, não parece que o CDS-PP, em momento algum, defenda um Estado policial, tal e qual como afirma. Aquilo que estamos simplesmente aqui a reforçar foi um pedido que foi realizado pela própria da PSP que, no nosso entender, só traz benefícios para todos. -----

----- Existem exemplos de outras capitais europeias, onde também existem dados e estudos que concluem essa mesma análise, cá existem pedidos das próprias autarquias a pedir ... oiça, mas existem! Certo, eu posso enviar-lhe a informação por email, pode ver notícias sobre o assunto, pode ver os pedidos da PSP, a própria PSP também tem informação sobre essa mesma matéria, portanto, não tenho grandes problemas em partilhar isso, mas também acho que a própria Assembleia Municipal, se entender que seja onde deva debruçar-se, sobre a segurança na cidade, não só na videoproteção, mas na segurança em geral, acho que temos a capacidade de o fazer, não existe qualquer problema, agora, o CDS-PP não pretende, nem alguma vez pretendeu, invocar aqui algum tipo de sistema policial, em que controle todas as pessoas, bem pelo contrário, nós somos pela liberdade, liberdade em vários sentidos e já o demonstrámos várias vezes. -----

----- Muito obrigada.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Vasco Santos (MPT)** no uso da palavra, apresentou a seguinte Declaração Política:-----

----- “Senhora Presidente, Senhores Vereadores, Caros Deputados, restante Público presente. -----

----- O MPT apresenta uma recomendação para que a Câmara Municipal proceda rapidamente e definitivamente à reparação dos radares de controlo de velocidade que não se encontram em funcionamento, bem como, o reforço da rede, eventualmente, mas o importante, agora, é a reparação dos radares. -----

----- Em Outubro de 2014, o então Presidente, Dr. António Costa, informou, em reunião de Câmara, que os radares estavam em reparação e que, em janeiro, a reparação estaria concluída. A nossa dúvida é em janeiro de que ano? Já passou janeiro de 2015, janeiro de 2016, e neste momento, já depois do debate da 2ª Circular, o Executivo veio reconhecer que apenas cinco dos vinte e um radares estão em pleno funcionamento.-----

----- A nossa recomendação vem no sentido de uma rápida resolução sobre este assunto.-----

----- Disse.”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia** no uso da palavra, referiu o seguinte:-----

----- “Muito obrigado Senhor Deputado.-----

----- Estava a ver se chamava o Senhor Vice-presidente para estar presente, porque colocou uma questão mas eu não vejo aqui, o Senhor Vice-presidente para responder.---

----- Pergunto se algum Senhor Deputado quer fazer perguntas ao Senhor Deputado Vasco Santos? Não tendo ninguém inscrito, naturalmente irei eu própria solicitar essa informação que o Senhor Deputado colocou sobre os radares.-----

----- Muito bem Senhores Deputados, terminámos aqui a questão das declarações políticas, e temos uma série de documentos para pôr à votação, e vamos processar algumas alterações, eu irei dando conta delas à medida que formos apreciando.-----

----- Em primeiro lugar, é a **Mocção nº 1/95**, apresentada pelo BE, “**Pela Justiça na Tributação do IMI**”.-----

----- (A **Mocção nº 1/95** fica anexada à presente Ata, como **Anexo III** e dela faz parte integrante)-----

----- Não tenho pedidos de alteração, havendo, no entanto, um pedido do PS para que seja votado, em separado, o ponto nº 4. Confirmam, muito bem. Então, vamos pôr à votação a **Mocção nº 1/95** os **pontos 1, 2 e 3**. Votos contra do CDS-PP, abstenção do PSD e votos a favor do PS, PCP, BE, PEV, MPT, PAN, PNPN, e 5IND. Os **pontos nºs 1, 2 e 3 da Mocção nº 1/95** foram **aprovados por maioria**.-----

----- Vamos passar ao **ponto 4 da Mocção nº 1/95**, votos contra do PS, PSD, CDS-PP e PNPN, abstenção de 2 Deputados Independentes, votos a favor do PCP, BE, PEV, MPT, PAN e 3IND. O **ponto nº 4 da Mocção nº 1/95** foi **rejeitado**.-----

----- Vamos passar à **Mocção nº 2/95**, apresentada pelo PS, “**Orçamento do Estado e Poder Local**”.-----

----- (A **Mocção nº 2/95** fica anexada à presente Ata, como **Anexo IV** e dela faz parte integrante)-----

----- Ninguém pede separação de nenhum ponto, vamos pôr à votação. Não há votos contra, abstenções do PSD, CDS-PP, MPT e PAN, votos a favor do PS, PCP, BE, PEV, PNPN e 5IND. A **Mocção nº 2/95** foi **aprovada por maioria**.-----

----- (O Grupo Municipal do PSD mencionou uma declaração de voto que nunca foi entregue nos serviços da Assembleia).-----

----- Vamos passar à **Recomendação nº 3/95**, apresentada pelo BE, “**Sala de Consumo Assistido em Lisboa**”.-----

----- (A **Recomendação nº 3/95** fica anexada à presente Ata, como **Anexo V** e dela faz parte integrante)-----

----- Há uma alteração da parte deliberativa que eu mandei distribuir pelos Senhores Representantes, e que vou passar a ler: a parte deliberativa dizia apenas “*recomendar à Câmara Municipal de Lisboa que avance, de imediato, com a abertura de salas de consumo assistido em Lisboa*”. Isto era o que estava. E o que se propõe é: “*Recomendar à Câmara Municipal de Lisboa que depois da consulta devida às entidades envolvidas e à sociedade civil, garanta a abertura de salas de consumo assistido, no âmbito das respostas integradas, em Lisboa, no mais curto espaço de tempo possível*”. Foi esta a redação consensual depois das intervenções que houve. -----

----- Vamos então pôr à votação a **Recomendação nº 3/95** com a nova redação. Votos contra de 1 Deputado do PSD, abstenções de 5 Deputados do PSD, MPT e CDS-PP, votos a favor do PS, PSD, PCP, BE, PEV, PAN, PNP e 5IND. A **Recomendação nº 3/95** foi **aprovada por maioria**. -----

----- Vamos passar à **Recomendação nº 4/95**, apresentada pelo PEV, “**Maternidade Dr. Alfredo da Costa**”. -----

----- (A **Recomendação nº 4/95** fica anexada à presente Ata, como **Anexo VI** e dela faz parte integrante)-----

----- O MPT pede a votação do ponto 3 em separado. Mas eu quero informar que o ponto 3 tem a redação alterada e, portanto, queria que tomassem a devida nota, por proposta da Senhora Deputada Cláudia Madeira, o **ponto nº 3** da **Recomendação nº 4/95**. O que estava cá era: “*Diligencie junto do Governo no sentido de serem salvaguardados os serviços essenciais da Maternidade Dr. Alfredo da Costa, mesmo após a abertura do Hospital Oriental de Lisboa, de forma a garantir o não encerramento desta instituição*”. A Senhora Deputada pede para retirar a expressão: “*mesmo após a abertura do Hospital Oriental de Lisboa*”. Portanto fica: “*Diligencie junto do Governo no sentido de serem salvaguardados os serviços essenciais da Maternidade Dr. Alfredo da Costa, de forma a garantir o não encerramento desta instituição*”. Portanto, está claro. -----

----- O PSD pede a votação em separado dos três pontos. -----

----- Vamos votar o **ponto nº 1** da **Recomendação nº 4/95**. Não há votos contra, nem abstenções, votos a favor do PS, PSD, PCP, BE, CDS-PP, PEV, MPT, PAN, PNP e 5IND. O **ponto nº 1** da **Recomendação nº 4/95** foi **aprovado por unanimidade**. -----

----- Vamos passar ao **ponto nº 2** da **Recomendação nº 4/95**. Não há votos contra, abstenção do PSD, votos a favor do PS, PCP, BE, PEV, CDS-PP, MPT, PAN, PNP e 5IND. O **ponto nº 2** da **Recomendação nº 4/95** foi **aprovado por maioria**. -----

----- Vamos passar ao **ponto nº 3** da **Recomendação nº 4/95**. Não há votos contra, abstenções do PSD, CDS-PP e MPT, votos a favor do PS, PCP, BE, PEV, PAN, PNP e 5IND. O **ponto nº 3** da **Recomendação nº 4/95** foi **aprovado por maioria**. -----

----- Vamos votar o **ponto nº 4** da **Recomendação nº 4/95**. Não há votos contra, nem abstenções, votos a favor do PS, PSD, PCP, BE, CDS-PP, PEV, MPT, PAN, PNP e 5IND. O **ponto nº 4** da **Recomendação nº 4/95** foi **aprovado por unanimidade**. -----

----- Vamos passar, agora, à **Recomendação nº 5/95**, apresentada pelo PCP, “**Em Defesa das Populações e do Património Histórico de Lisboa**”. -----

----- (A **Recomendação nº 5/95** fica anexada à presente Ata, como **Anexo VII** e dela faz parte integrante) -----

----- No terceiro considerando, há aqui uma substituição, onde estava expresso: “*dezenas de cinemas em edifícios históricos*”, passa a estar: “*dos terrenos dos hospitais civis*”. Portanto, a redação deste terceiro considerando fica assim: “*A privatização ou a entrega da gestão a privados de espaços históricos como o Pavilhão Carlos Lopes, dos terrenos dos hospitais civis de Lisboa, entre outros.*” Portanto, há aqui um corte da expressão que tinha cá relacionado com “*dezenas de cinemas em edifícios históricos*”, e quanto aos hospitais civis é expresso terrenos, e não, hospitais.-----

----- O Grupo Municipal do PAN pede a votação de todos os pontos em separado. Vamos, então votar um a um, para não haver dúvidas.-----

----- Vamos votar o **ponto nº 1** da **Recomendação nº 5/95**. Votos contra do PS, PSD, CDS-PP, PNPB e 2 Deputados Independentes, abstenções do MPT, PAN e de 3 Deputados Independentes, votos a favor do PCP, BE e PEV. O **ponto nº 1** da **Recomendação nº 5/95** foi **rejeitado**. -----

----- Vamos passar ao **ponto nº 2** da **Recomendação nº 5/95**. Votos contra do CDS-PP, abstenções do PSD, MPT e PAN, votos a favor do PS, PCP, BE, PEV, PNPB e 5IND. O **ponto nº 2** da **Recomendação nº 5/95** foi **aprovado por maioria**.-----

----- Vamos passar ao **ponto nº 3** da **Recomendação nº 5/95**. Votos contra do PS, PNPB e de 2 Deputados Independentes, abstenção de 2 Deputados Independentes e votos a favor do PSD, PCP, BE, CDS-PP, PEV, MPT, PAN e 1 Deputado Independente. O **ponto nº 3** da **Recomendação nº 5/95** foi **rejeitado**. -----

----- Vamos votar o **ponto nº 4** da **Recomendação nº 5/95**. Votos contra do PAN, não há abstenções, votos a favor do PS, PSD, PCP, BE, CDS-PP, PEV, MPT, PNPB e 5IND. O **ponto nº 4** da **Recomendação nº 5/95** foi **aprovado por maioria**.-----

----- Vamos votar o **ponto nº 5** da **Recomendação nº 5/95**. Votos contra do PS e do PNPB, não há abstenções, votos a favor do PSD, PCP, BE, CDS-PP, PEV, MPT, PAN e 5IND. O **ponto nº 5** da **Recomendação nº 5/95** foi **rejeitado**. -----

----- Vamos passar ao **ponto nº 6** da **Recomendação nº 5/95**. Votos contra do PAN, não há abstenções, votos a favor do PS, PSD, PCP, BE, CDS-PP, PEV, MPT, PNPB e 5IND. O **ponto nº 6** da **Recomendação nº 5/95** foi **aprovado por maioria**.-----

----- Vamos passar ao **ponto nº 7** da **Recomendação nº 5/95**. Votos contra do PSD, CDS-PP, MPT e PAN, não há abstenções, votos a favor do PS, PCP, BE, PEV, PNPB e 5IND. O **ponto nº 7** da **Recomendação nº 5/95** foi **aprovado por maioria**.-----

----- Depois disto, a Mesa encaminhará as partes aprovadas desta recomendação a quem de direito, que é, neste caso, à Câmara Municipal de Lisboa. -----

----- E só agora, faço um pequeno reparo porque não posso interferir nas votações, a renda apoiada tal como ela está aplicada, em Lisboa, no Regulamento em vigor, só é acessível às famílias que já residem em Lisboa. E, portanto, para afixar população na cidade teremos que, eventualmente, mudar o regulamento. É só chamar a atenção para isto porque, de facto, só se destina à população de Lisboa.-----

----- Vamos passar, agora, à **Recomendação n.º 6/95**, apresentada pelo MPT, “**Pela Reativação Total da Rede de Radares de Controlo de Velocidade de Lisboa**”. -----
----- (A **Recomendação n.º 6/95** fica anexada à presente Ata, como **Anexo VIII** e dela faz parte integrante) -----
----- Ninguém pede pontos em separado. Vamos colocar à votação. Não há votos contra, abstenção do BE e do PEV, votos a favor do PS, PSD, PCP, CDS-PP, MPT, PAN, PNP e 5IND. A **Recomendação n.º 6/95** foi **aprovada por maioria**. -----
----- Terminámos as votações desta parte das declarações políticas. -----
----- E agora, temos duas propostas para apreciar, são propostas que vêm da 4ª Comissão.” -----

----- **PONTO 2 – PONTO N.º 2 DA PROPOSTA 709/CM/ 2015 – VERSÃO FINAL DO “PLANO DE AÇÃO LOCAL PARA O BIODIVERSIDADE EM LISBOA”, NOS TERMOS DA PROPOSTA E AO ABRIGO DO ARTIGO 23.º E DA ALÍNEA H) DO N.º1 DO ARTIGO 25.º DO REGIME JURÍDICO DAS AUTARQUIAS LOCAIS, APROVADO DA LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO; 2XGRELHA-BASE – 68 MINUTOS;** -----

----- (A Proposta n.º 709/CM/2015 fica anexada à presente Ata, como **Anexo IX** e dela faz parte integrante). -----
----- (O Parecer da 4ª Comissão Permanente de Ambiente e Qualidade de Vida fica anexado à presente Ata, como **Anexo X** e dela faz parte integrante). -----
----- (A Recomendação n.º 1/95 – 4ªCP - fica anexada à presente Ata, como **Anexo XI** e dela faz parte integrante). -----
----- **O Senhor Vereador José Sá Fernandes** no uso da palavra, fez a seguinte apresentação da proposta: -----
----- “Senhora Presidente, muito obrigado. -----
----- No fundo, este plano para a biodiversidade vem na sequência da estrutura ecológica que foi aprovada nesta Assembleia Municipal. No fundo é o passo seguinte de uma estrutura ecológica que está a ser completada, este ano, e com o Vale de Alcântara, ficará pronta no ano que vem. É evidente que teremos que dar o salto para a Área Metropolitana e espero que as negociações estão a ver com os outros concelhos, consigamos ter essa finalidade, ou esse objetivo, pelo menos planeado para o futuro. -----
----- E a biodiversidade visa, exatamente, percebermos o que é que é esta estrutura ecológica, no fundo é sensibilizar para agir, no fundo é o que está na proposta, dando mais formação, mais comunicação, mais rede de percursos temáticos, mais eventos é no fundo, criar mais conhecimento, fazemos conferências, redes de conhecimento, monitorização periódica dos indicadores, há uma série de indicadores que têm que ser monitorizados e é absolutamente, essencial para percebermos a importância numa cidade deste plano de biodiversidade numa cidade, poucas cidades o têm e poucas cidades o têm desenvolvido, e, portanto, acho que Lisboa, neste sentido, está de

parabéns por estar a conseguir fazer, ou a idealizar e depois, é agir, e agir as infraestruturas verdes.-----

----- Eu aqui aproveito, Senhora Presidente, para convidar a Senhora Presidente e todos os Deputados Municipais, uma vez que a Assembleia Municipal, neste momento, reunida, nestes serviços sociais, e mesmo aqui ao lado está em construção um parque verde, absolutamente, essencial para a estrutura ecológica da cidade que vai daqui até ao rio Tejo, mas aqui mais perto temos previstas várias plantações de árvores, e eu gostaria de convidar os Senhores Deputados e a Senhora Presidente da Assembleia Municipal, antes de mudarem, novamente, para as instalações do Fórum Lisboa, que todos, porque julgo que a estrutura ecológica, uma vez que foi aprovada na Assembleia Municipal, é de todos e é, também, desta Assembleia Municipal, e que todos pudéssemos plantar uma árvore neste parque, aqui mesmo ao lado, para assim, assinalarmos, também, aquilo que nós aprovámos todos, aqui, na Assembleia Municipal que foi o Plano Verde. Antes de uma Assembleia Municipal, eu vou combinar isto com a Senhora Presidente da Assembleia Municipal, e com o Senhor Presidente da Junta de Freguesia do Areeiro, que estive à procura dele mas não o encontrei, para fazermos, aqui, uma grande plantação com todos os Senhores Deputados, que me parece, também, uma maneira de estarmos a contribuir para este Plano de Biodiversidade, precisamente na parte agir.-----

----- E agir, também, tem a ver com isto, de plantarmos mais árvores, mais biodiversidade, temos melhor regulamentação, existem vários regulamentos que estão ainda, em apreciação e, também, melhor informação.-----

----- A biodiversidade é isto, é termos melhor utilização das espécies, de espaços verdes, da água que consumimos, da diversidade das aves que temos e, portanto, acho que o plano foi discutido na Comissão, que mais uma vez, agradeço terem-me convidado para explicar o plano e a equipa que fez na Comissão do Ambiente, aqui, na Assembleia Municipal, escuso de me alongar muito sobre o mesmo, mas queria deixar este convite porque acho que era importante estarmos todos juntos no trabalho que é que o jogo não é meu nem a daquele e de outros setores para conseguirmos pontuar conjunto, não é meu, não é daquele, é de todos, para conseguirmos plantar aqui ao lado, as cento e tal árvores, ficava muito contente com isso, não é um desejo meu, juntar o Município de Lisboa todos numa mesma ação.-----

----- Muito obrigado.”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- Muito obrigada, Senhor Vereador.-----

----- A relatora do parecer é a Deputada Sofia Cordeiro, pergunto se quer apresentar o parecer? Prescinde de apresentar o parecer. Muito bem.-----

----- Temos Deputados inscritos, vamos dar a palavra.”-----

----- **A Senhora Deputada Municipal Ana Páscoa (PCP)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigada, Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Senhores Secretários, Senhor Vereador, Senhores Deputados Municipais.-----

----- Portanto, o Plano de Biodiversidade que estamos aqui hoje a discutir e a votar merece, da parte do PCP, alguns comentários. -----

----- Em primeiro lugar, embora a Senhora Deputada Sofia Cordeiro não tenha vindo apresentar o parecer, de qualquer forma, gostaria de saudar o parecer foi elaborado no âmbito da parte da Comissão Permanente e que merece, portanto, o nosso acordo.-----

----- O Plano de Ação Local de Biodiversidade de Lisboa visa intervir numa área de extrema importância para a vivência na cidade, implicando uma melhor qualidade de vida e de ambiente objetivos fundamentais para o presente e futuro do espaço queremos legar aos nossos filhos. -----

----- No período da consulta pública, vários foram os contributos da sociedade civil e instituições, verificando nós que alguns foram incorporados na versão final. -----

----- Em sede de Câmara Municipal que manifestámos o nosso acordo, ao plano, considerando a sua pertinência pois a biodiversidade urbana deve não só a ser preservada, mas é necessário também seja alargada, tendo em conta que as alterações climáticas interferem na qualidade de vida e que, há que atuar em função, também, desse contexto. No entanto, não podemos deixar de fazer dois pequenos comentários que, a nosso ver, são importantes ter em conta, e eu refiro um bocadinho isto porque, embora como eu disse o PCP tem estado de acordo com esta proposta, consideram um bom plano, de qualquer forma, acho que é nosso direito fazermos os nossos comentários, ou reparos, ou as pequenas achegas que acho que irão valorizar, eventualmente, mais qualquer proposta.-----

----- O primeiro comentário prende-se com o facto de caracterização da situação atual prevê se basear em dados com alguns anos, não houve trabalho de campo que seria importante para maior rigor e precisão conhecimento da biodiversidade urbana, aliás, este aspeto foi também reconhecido pelo Senhor Vereador, em sede de Câmara. -----

----- O segundo comentário tem que ver com a reforma administrativa da cidade, famigerada reforma administrativa, tema que, recorrentemente, o PCP trás a esta Assembleia pelas implicações eventuais danos para o cumprimento de determinados objetivos, de que este plano é um exemplo.-----

----- A gestão de importantes espaços verdes da cidade é da responsabilidade das Juntas de Freguesia e estas, nem sempre, possuem os meios humanos, materiais e logísticos, para levar a cabo a tarefa. As Juntas dotadas de competências próprias, pela reforma administrativa, têm as suas estratégias e objetivos de gestão que podem não ser coincidentes com o plano, dificultando, ou impedindo, a prossecução dos seus fins.--

----- Alertar, também, para o facto de nesta matéria, como noutras em discussão nesta assembleia, seria útil o envolvimento da Área Metropolitana de Lisboa, pois a biodiversidade não pode ficar circunscrita à Cidade de Lisboa, mas implicou uma realidade mais abrangente os concelhos limítrofes, logo deveria de ser pensado um mecanismo de coordenação que tivesse em conta esta realidade. -----

----- Pensamos que seria bom haver alguma cautela sobre estes pontos, sem a qual, o plano corre o risco de não se concretizar, privando a cidade deste importante instrumento de melhoria da qualidade de vida.-----

----- Obrigada.”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigada Senhora deputada.-----

----- A Mesa não regista mais pedidos de palavra.-----

----- O Senhor Vereador tem a palavra, faz favor.”-----

----- **O Senhor Vereador José Sá Fernandes** no uso da palavra, referiu o seguinte:-----

----- “Muito obrigado Senhora Presidente.-----

----- Eu quero agradecer as palavras da Senhora Deputada, acho que tem toda a razão no que diz, eu acho que a Câmara, agora, tem que fazer, de facto, um diálogo importante com as Juntas de Freguesia, estou-me a lembrar, por exemplo, dos Olivais que tem uma área verde absolutamente, extensível, mas com todas, como é evidente, para conseguirmos atingir os objetivos que nos propomos com este plano.-----

----- E como tinha dito, anteriormente, também, é essencial que ele seja feito com a Área Metropolitana e, por isso, é que eu também, na minha intervenção referi precisamente, isso. Já há conversações com os concelhos limítrofes, é evidente que deve ser até Área Metropolitana toda, mas já com os concelhos limítrofes para termos em comum, os mesmos objetivos e trabalharmos em conjunto porque, de facto, tem razão, a monitorização e a eficácia de medidas que temos aqui propostas, e a própria monitorização, é absolutamente, essencial trabalharmos em conjunto.-----

----- Portanto, agradeço as suas palavras e os seus conselhos.”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia** no uso da palavra, referiu o seguinte:-----

----- Muito obrigada Senhor Vereador.-----

----- Vamos, então, pôr à votação o **ponto nº 2 da Proposta nº 709/CM/2015**, uma vez que o ponto nº 1 era a deliberação da Câmara, agora sim, a deliberação da Assembleia Municipal, ou seja, aprovar o “Plano de Ação Local para a Biodiversidade em Lisboa”. -

----- Não há votos contra, abstenção do PSD, votos a favor do PS, PCP, BE, PEV, CDS-PP, MPT, PAN, PNPN e 5IND. O **ponto nº 2 da Proposta nº 709/CM/2015 foi aprovado por maioria.**-----

----- Há uma declaração de voto do PSD.”-----

----- (O Grupo Municipal do PSD apresentou a seguinte **Declaração de Voto**)-----

----- “*O Grupo de Lista do PPD/PSD na Assembleia Municipal de Lisboa, apresenta a seguinte Declaração relativamente ao seu Voto de Abstenção na Proposta n.º 709/2015, submetida a Plenário da Assembleia Municipal na sessão de 16FEV16 e aí aprovada, relativa à Versão Final do Plano de Ação Local para a Biodiversidade de Lisboa:*-----

----- 1. *O Grupo Municipal do PPD/PSD votou por ABSTENÇÃO na Proposta em epígrafe, muito embora considere útil a existência para a cidade de Lisboa, de um Plano de Ação para valorização dos jardins e espaços verdes e fomento da biodiversidade, em apoio à sua sustentabilidade.*-----

----- 2. *No entanto, verifica que o mesmo Plano não foi acompanhado de um aprofundado trabalho de campo, limitando-se no vetor das ações a efetuar em desenvolvimento do Plano, à prestação de serviços de consultoria, com base em*

considerações de carácter meramente teórico, tal como se expressa na Alínea C. Agir, do n.º 4 das Propostas de Contribuição, em sede de Consulta Pública.-----

----- 3. Efetivamente, entende-se que ao conceito de biodiversidade e de sua monitorização, terá que estar subjacente o conhecimento prévio das respetivas condições de partida aquando do lançamento do Plano de Ação, o que não se constata ter sido efetuado, assim destruindo qualquer possibilidade de análise de progresso. -----

----- 4. Cumulativamente, não foram estabelecidas, aparentemente, as questões de ligação ao território para além dos limites da cidade de Lisboa, o que se reputa essencial para a viabilidade e sustentabilidade do Plano. -----

----- 5. Estes factos levantam fundadas dúvidas quanto à bondade das soluções adotadas neste Plano de Ação Local.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia** continuou:-----

----- “Há uma recomendação que resulta do parecer da 4ª Comissão que é a **Recomendação nº 1/95**, tem cinco pontos, ninguém pede nenhum ponto em separado, portanto, vou colocar à votação a **Recomendação nº 1/95**, não há votos contra, nem abstenções, votos a favor do PS, PSD, PCP, BE, CDS-PP, PEV, MPT, PAN, PNP e 5IND. A **Recomendação nº 1/95** foi aprovada por unanimidade. -----

----- Vamos passar à **Proposta nº 800/CM/2015**. -----

----- **PONTO 3 – PONTO Nº 1 DA PROPOSTA 800/CM/ 2015 – ADESÃO DO MUNICÍPIO DE LISBOA À ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE COBERTURAS VERDES (ANCV), NOS TERMOS DA PROPOSTA E AO ABRIGO DA ALÍNEA N) DO Nº1 DO ARTIGO 25º DO REGIME JURÍDICO DAS AUTARQUIAS LOCAIS, APROVADO DA LEI Nº 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO; GRELHA-BASE – 34 MINUTOS;**-----

----- (A Proposta nº 800/CM/2015 fica anexada à presente Ata, como **Anexo XII** e dela faz parte integrante).-----

----- (O Parecer da 4ª Comissão Permanente de Ambiente e Qualidade de Vida fica anexado à presente Ata, como **Anexo XIII** e dela faz parte integrante). -----

----- (A Recomendação nº 2/95 – 4ªCP - fica anexada à presente Ata, como **Anexo XIV** e dela faz parte integrante).-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia** no uso da palavra, referiu o seguinte:-----

----- “O Senhor Vereador vai fazer uma pequena apresentação, faça favor.”-----

----- **O Senhor Vereador José Sá Fernandes** no uso da palavra, fez a seguinte apresentação da proposta:-----

----- “Senhora Presidente, muito obrigado. -----

----- Esta é uma pequena proposta, mas que tem muita importância no âmbito do Plano de Adaptações Climáticas que a câmara adquiriu e que está a promover esse plano. É uma pequena parte desse plano, mas que tem uma importância a dois níveis: -----

----- Uma, porque eu acho que devemos estudar a possibilidade de estruturas verdes em termos de drenagem porque, no fundo, há coberturas verdes nomeadamente, algumas utilizadas como os que permitem, precisamente, a absorção de água e, portanto, a diminuição, quando há muita chuva, dos caudais de água na cidade e, portanto, são coisas a montante, os próprios planos, estão incluídos no plano de drenagem mas não

tem a ver com as grandes infraestruturas de drenagem da cidade e, portanto, é importante nós estudarmos isso como outros países o fazem e, portanto, tem essa importância, e também, pode ter importância em termos da parte térmica dos edifícios porque, no fundo, também está esgotado, que em alguns edifícios as costuras verdes têm influência na sua capacidade térmica e, portanto, com a diminuição de energia necessária para esses edifícios. -----

----- Portanto, eu acho que fazemos parte desta associação é importante para estes dois níveis, estudar duas ações que são importantes; uma tem a ver com a própria drenagem com as adaptações climáticas que nós temos seguir um plano bem concebido, nesta matéria, mas também, em relação às condições térmicas dos edifícios. -----

----- Como sabem, nós temos bastantes edifícios, alguns deles, bastantes, municipais que têm más condições térmicas pela maneira como foram construídos, portanto, o estudar isto, o fazermos parte desta associação pode ter interesse para precisamente, minimizarmos a parte térmica desses edifícios mas, também, minimizarmos os efeitos de caudais, das chuvas, etc., e portanto, pode ter importância na drenagem. A razão de ser de participarmos nesta associação, visa isso, parece uma coisa pequena, mas pode ser uma coisa grande se conseguirmos dentro do plano de drenagem, existe um capítulo só sobre isto, só sobre medidas de minimização a montante das grandes infraestruturas; bacias de retenção a céu aberto, despermeabilização de solos, coberturas, reter a água antes de ela vir para as partes baixas da cidade de maneiras naturais, parece-me uma intervenção absolutamente, essencial também para prevenirmos o problema das alterações climáticas com a maior frequência da intensidade da água e, não só a maior frequência mas também, a maior intensidade desses efeitos que nós temos vindo a sentir, principalmente, nas cidades. -----

----- Nós, esta semana assistimos muito no Norte, as situações deste género, mas continuamos sujeitos, agora no mês de fevereiro, deus queira que não, no mês de fevereiro, ou de março, acontecer a mesma coisa aqui em Lisboa, acho que isto deve ser um trabalho nacional, acho que o plano, em relação às alterações climáticas tem que ser mesmo um plano nacional, mas acho que as autarquias têm aqui um papel absolutamente, essencial, de adotarmos as medidas, não só, as de maior dimensão como seja os coletores de maior dimensão, etc., mas também, muito, este trabalho a montante. -----

----- Portanto, aqui o aderirmos a esta associação visa termos, também, mais um terceiro estudo, e é absolutamente, essencial também, estarmos ligados às universidades, às melhores práticas nos outros países, nós nisso temos o conhecimento suficiente para começarmos a avançar, bastante, nisso mas, ele nunca é suficiente, temos de estar sempre a par do melhor a que se está a fazer no mundo.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia** no uso da palavra, referiu o seguinte: -----

----- “A Senhora Deputada Sofia Cordeiro também é relatora, e prescinde da apresentação do relatório. -----

----- A Mesa não tem Senhores Deputados inscritos e, antes de passar à votação, a Mesa tem uns avisos finais, que nada têm a ver com a proposta, mas depois desandam todos e não ouvem os avisos. -----

----- Portanto, o primeiro aviso é que na próxima terça-feira, dia vinte e três, temos a sessão ordinária de fevereiro que é obrigatória por lei e, portanto, estarem cientes, disso, irão receber a convocatória, mas tem que ser com uma semana de antecedência, estou já a anunciar que é no dia vinte e três de fevereiro a sessão ordinária, e lembrar ao Senhor Vice-presidente que precisamos da Informação Escrita dos serviços e da Câmara, esta semana, naturalmente, para a fazer distribuir.-----

----- O segundo aviso, pede-me o Senhor Vereador João Afonso que vos dê conhecimento que na segunda-feira, às 15h30, vai ser inaugurado o Centro de Acolhimento Temporário para os Refugiados, é uma iniciativa da Câmara Municipal de Lisboa, está pronta para ser aberta, não temos refugiados, mas já temos centro, ainda bem, portanto, ainda bem, antecipamos serviço, e naturalmente, o Pelouro dos Direitos Sociais ficaria muito satisfeito se os Senhores Deputados, pelo menos os da 6ª Comissão e aqueles que entendessem, da Comissão de Acompanhamento da Matéria dos Refugiados quisessem estar presentes é na segunda-feira, às 15h30, na Alameda das Linhas de Torres, em frente à Quinta das Conchas.-----

----- E, portanto, estão feitos os avisos. -----

----- E agora sim, vamos passar à votação do **ponto nº 1 da Proposta 800/CM/2015**, que é a adesão do município à Associação Nacional de Coberturas Verdes. Não há votos contra, nem abstenções, votos a favor do PS, PSD, PCP, BE, CDS-PP, PEV, MPT, PAN, PNP e 5IND. O **ponto nº 1 da Proposta 800/CM/2015** foi **aprovado por unanimidade**.-----

----- Ela tem também uma recomendação que eu vou ver se encontro... tenha-a aqui, é uma recomendação simples, no sentido que toda a documentação resultante deste acordo e desta adesão, seja enviada à Assembleia Municipal. Vou colocar à votação a **Recomendação nº 2/95**, não há votos contra, nem abstenções, votos a favor do PS, PSD, PCP, BE, CDS-PP, PEV, MPT, PAN, PNP e 5IND. A **Recomendação nº 2/95** foi **aprovada por unanimidade**.-----

----- Muito obrigada Senhores Deputados, têm o resto da tarde livre para outras emoções fortes.” -----

----- A sessão terminou, eram dezassete horas e vinte minutos. -----

----- Eu _____, a exercer funções no Gabinete de Apoio à Assembleia Municipal lavrei a presente ata que também assino, nos termos do disposto no n.º 2 do art.º 57.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, do n.º 2 do art.º 90.º do Regimento da Assembleia Municipal de Lisboa e do despacho da Senhora Presidente da Assembleia Municipal de Lisboa exarado em 10 de Setembro de 2014 na folha de rosto anexa à Proposta n.º 1/SMAM/2014. -----

-----A PRESIDENTE -----